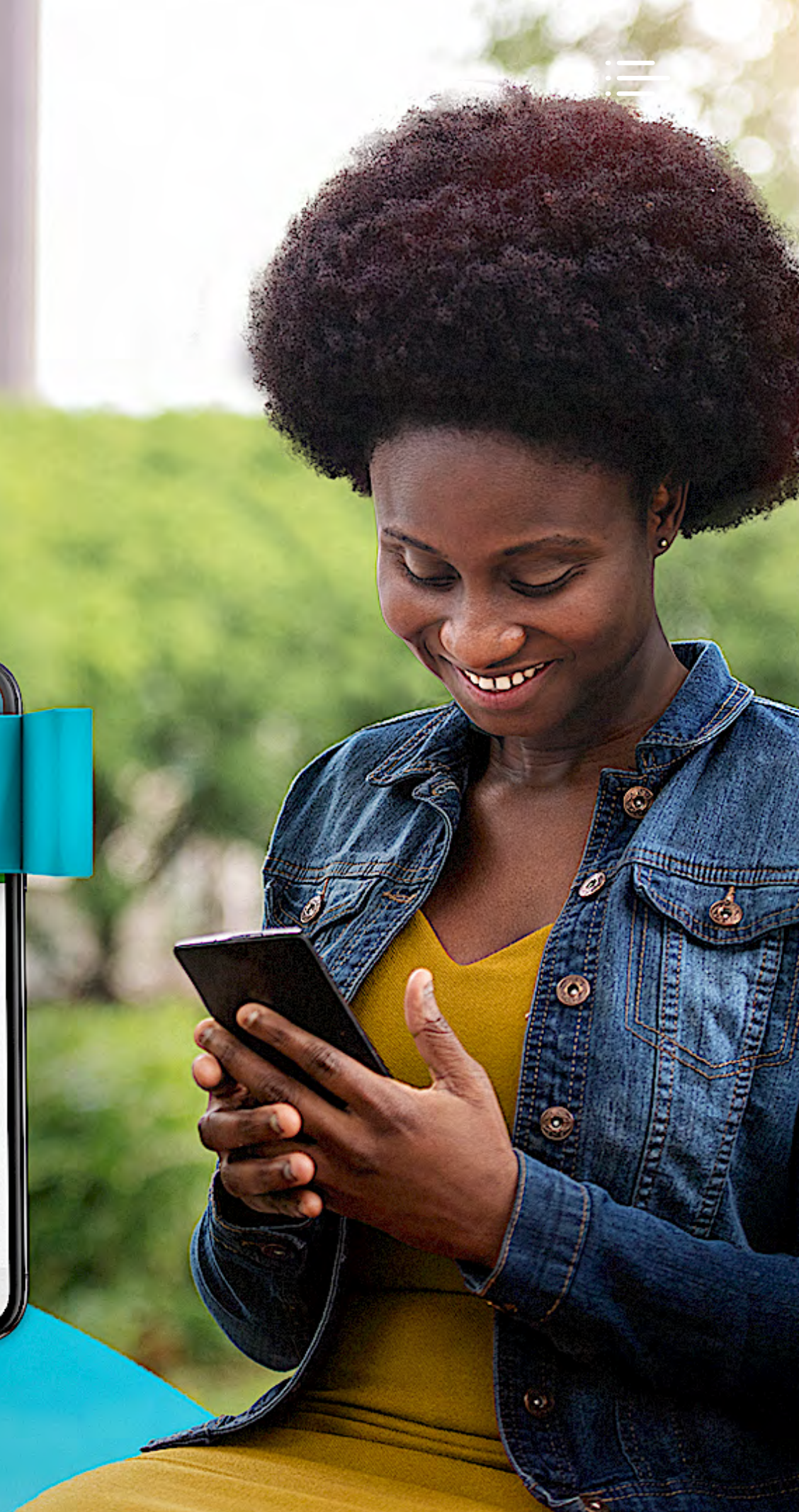


3

ATLANTICO

- 3.1. Institucional
- 3.2. Uma experiência de excelência
- 3.3. Uso da tecnologia para servir melhor
- 3.4. Modelo de negócio escalável
- 3.5. Ecossistema de parcerias
- 3.6. ESG (*Environmental, Social and Governance*)
- 3.7. Cultura de gestão do risco
- 3.8. Resiliência financeira



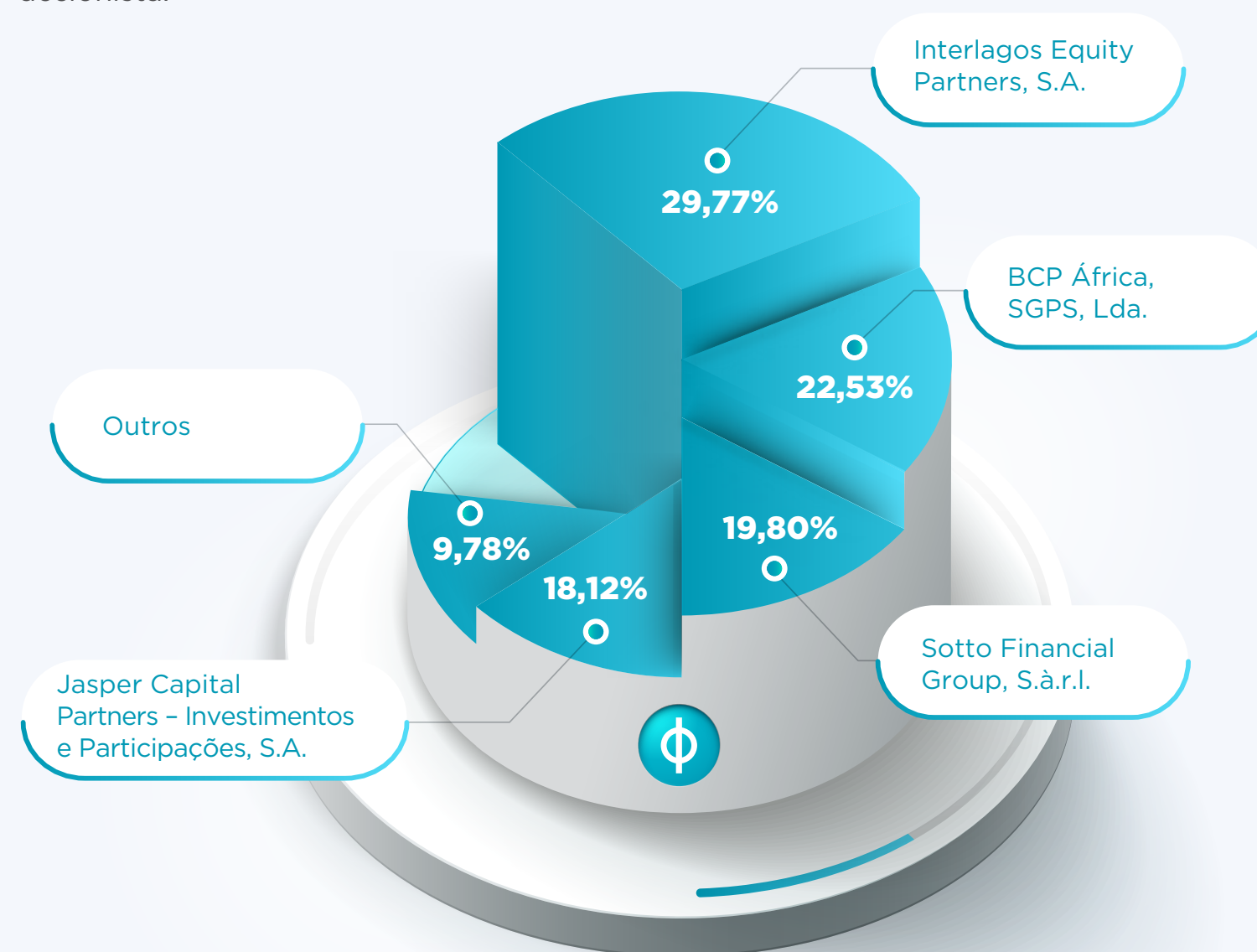
3.1. Institucional

O ATLANTICO foi constituído em 31 de Agosto de 2006, tendo iniciado a sua actividade em Novembro do mesmo ano, enquanto instituição bancária de direito angolano regulada pelo Banco Nacional de Angola. Em 3 de Maio de 2016, o Banco Millennium Angola foi incorporado no ATLANTICO, como resultado de um processo de fusão. Esta operação permitiu a integração das operações de ambas as instituições bancárias, que somavam mais de 20 anos de experiência e que actuavam enquanto parceiras desde 2008, fruto do cruzamento de participações entre os dois bancos. Como resultado do processo de fusão, o ATLANTICO venceu o seu cariz universal e reforçou o seu posicionamento no mercado bancário angolano, passando a integrar o top 5 dos maiores bancos, assumindo-se como um dos principais bancos privados no financiamento às Empresas e Famílias angolanas, promotor da inovação digital e focado na inclusão financeira, na criação de um ecossistema de parcerias, incluindo com contrapartes internacionais, e na promoção de um ambiente de negócios mais sustentável.

Promotor da **inovação digital** e focado na **inclusão financeira**, na criação de um **ecossistema de parcerias**, incluindo com contrapartes internacionais, e na promoção de um **ambiente de negócios mais sustentável**

Estrutura Accionista

O Banco Millennium Atlântico, S.A. é detido maioritariamente por Accionistas privados angolanos. Em 31 de Dezembro de 2022, o ATLANTICO apresentava a seguinte estrutura accionista:

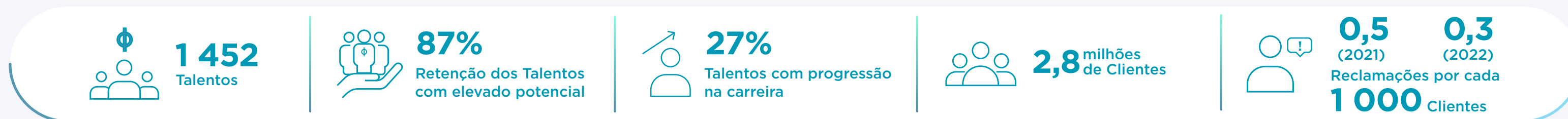


3.2. Uma experiência de excelência

Enquadramento

A aposta no desenvolvimento das Pessoas, o maior activo do Banco, é um pilar fundamental do ATLANTICO. Na visão estratégica para 2024, este pilar sai reforçado pela ambição do ATLANTICO em ser uma organização que continua a reconhecer e a potenciar os seus Talentos, proporcionando-lhes uma experiência de excelência. Um conjunto de Talentos bem preparados e motivados será garantia de entregas com maior valor, um dos factores críticos de sucesso para o ATLANTICO, tornando-o

também num banco que proporciona uma experiência de excelência aos Clientes. A satisfação do Talento e dos Clientes serão os indicadores-chave para medir o sucesso da *performance* do ATLANTICO, permanecendo as Pessoas como um incontornável factor de diferenciação, que eleva a qualidade do serviço, reforçando a ambição de ser uma Instituição de referência e que, através da sua actividade, transforma vidas e contribui para a construção de um futuro cada vez melhor.



UMA ORGANIZAÇÃO QUE POTENCIA O TALENTO



PRESTAR UMA EXPERIÊNCIA DE EXCELÊNCIA AO CLIENTE





Os nossos valores para a vida



DESENVOLVIMENTO DAS PESSOAS

“As Pessoas são o maior Activo do ATLANTICO”

As Pessoas são uma prioridade para o ATLANTICO, quem materializa a nossa cultura e a entrega do nosso compromisso para com o Ecossistema ATLANTICO, gerando “Atitude com Valor” com as suas competências. O ATLANTICO transforma as suas vidas, comprometendo-as enquanto agentes do desenvolvimento de Pessoas nesse ecossistema.



AGILIDADE

“Sintonia de competências na entrega de valor”

A agilidade, no ATLANTICO, representa uma forma própria de estar e de pensar, desprendida de *status quo*; uma constante disponibilidade e flexibilidade para trabalhar, de forma multidisciplinar, com novas variáveis e metodologias, colaborando na criação de soluções para as equações dos Clientes.



FOCO NO CLIENTE

“Pensar, viver e sentir Cliente”

Antecipar, compreender e satisfazer as verdadeiras necessidades dos Clientes, acrescentando valor e sendo um Parceiro na concretização dos seus sonhos e projectos de vida.



EFICIÊNCIA E RIGOR

“Com responsabilidade, criamos mais valor”

Capacidade de concretizar os objectivos dentro dos prazos estabelecidos, com a máxima qualidade, otimizando os recursos disponíveis e assegurando o cumprimento criterioso da legislação, normas e procedimentos.



INOVAÇÃO

“Pensar diferente, simples e digital, antecipando o futuro”

A inquietude constante, a ousadia para ir mais além, a ambição de antecipar o futuro, que nos leva à procura contínua de soluções disruptivas para melhorar a experiência do Cliente, simplificando-a.

A assinatura “Valores para a Vida” fala dos valores, tanto pessoais quanto financeiros, que o ATLANTICO partilha com os Clientes. Fala do profundo compromisso com o Cliente. É a vida melhor, conquistada com empenho e determinação, que vem para ficar

Uma organização que reconhece e potencia o Talento

Continua a destacar-se o elevado nível de retenção de Talentos com elevado potencial, o que está em linha com a missão de ser uma organização que reconhece e potencia o Talento.

198 Talentos com elevado potencial

87% Taxa de retenção de Talentos com elevado potencial

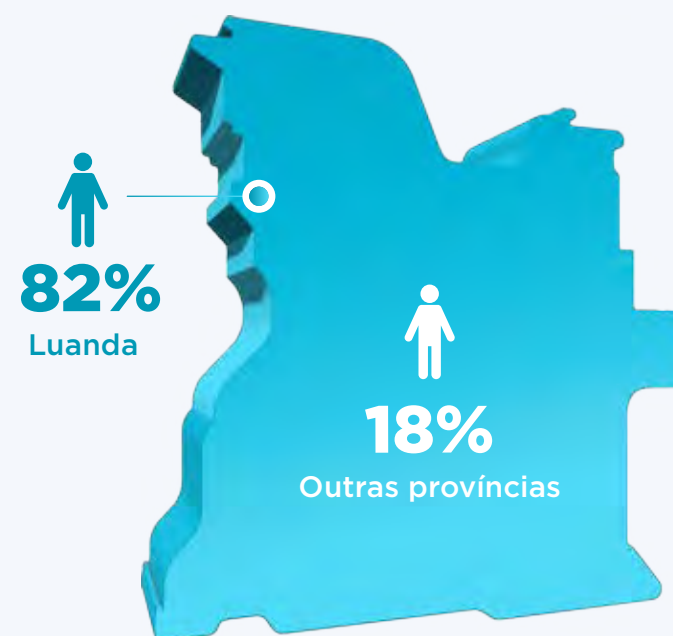
Compromisso com as Pessoas

A forma como o Banco organiza e desenvolve as suas equipas é crucial para alcançar os objectivos pretendidos. No final de 2022, o Banco contava com **1 452 Talentos** distribuídos pelas 18 províncias de Angola.

Relativamente à dispersão geográfica, 82% dos Talentos estão distribuídos por Luanda e os restantes 18% localizados nos pontos de atendimento fora da capital, garantindo a missão do ATLANTICO.

Quanto à distribuição dos Talentos, as áreas de Negócio continuam com maior dimensão, face às áreas de Suporte e Controlo.

DISPERSÃO GEOGRÁFICA



ÁREAS

67%
Negócio

28%
Suporte
ao negócio

5%
Controlo





A Equipa é jovem, equilibrada em género e, essencialmente, composta por Colaboradores de nacionalidade angolana, dos quais 73% pertencem à geração Y. A Equipa ATLANTICO caracteriza-se, assim, pelo forte sentido de missão, inquietude, inovação e abertura ao mundo digital.

Atrair Talento

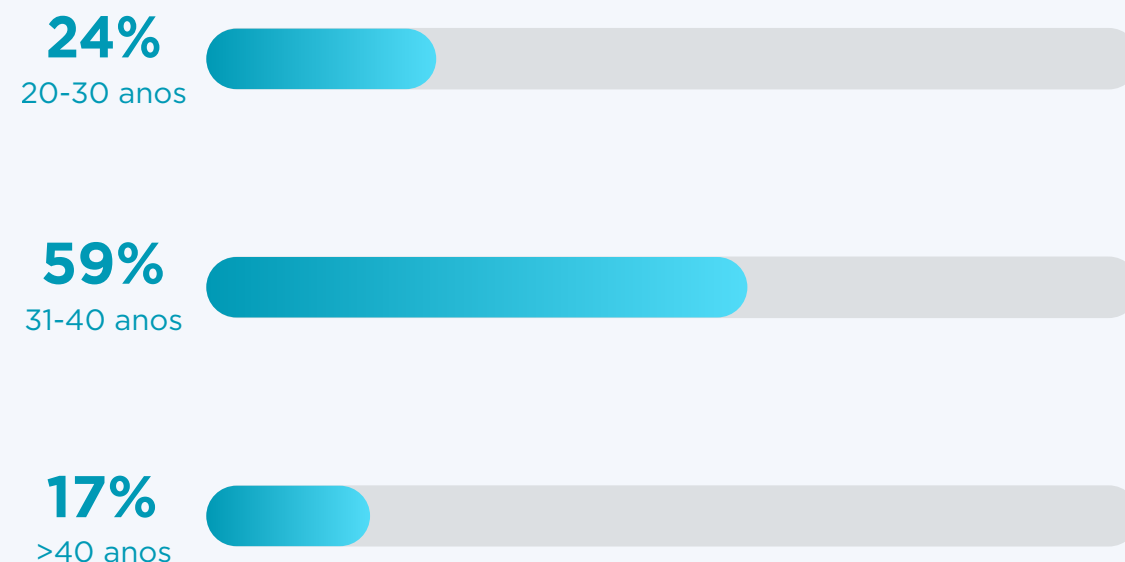
Em 2022, foram registadas 147 novas admissões das 16 966 candidaturas recepcionadas. O impacto do uso de meios digitais para efeitos de recrutamento foi de 99%.

RECRUTAMENTO EM 2022

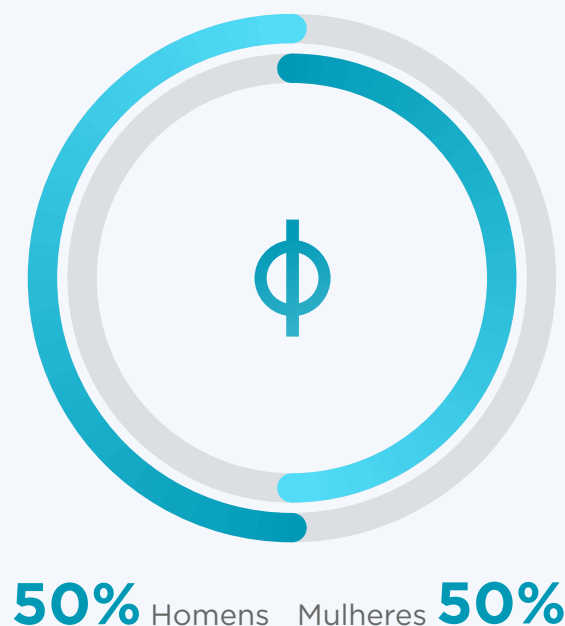


O ATLANTICO participou na Feira de Empregabilidade, realizada pela Universidade Católica de Angola, onde, além de se ter dado a conhecer, recepcionou candidaturas de estudantes dos diferentes cursos.

FAIXA ETÁRIA



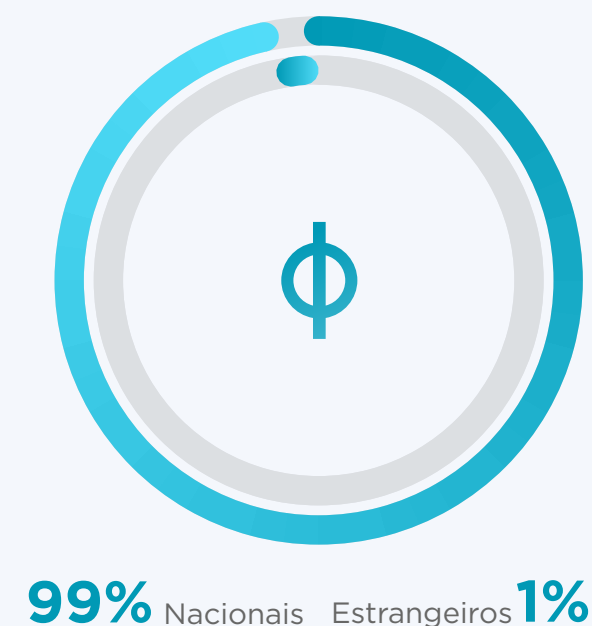
GÉNERO



MÉDIA DE IDADES



NACIONALIDADES





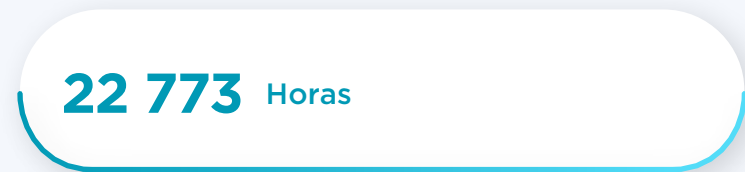
Compromisso com o conhecimento

O ano de 2022 ficou marcado pela contínua aposta na transformação das competências internas e no reforço dos valores e da cultura ATLANTICO, através de formação digital e presencial, o que se reflectirá nos resultados diários, ao proporcionar uma Entrega com Valor.

TIPOLOGIA DE FORMAÇÃO



INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO



Compromisso com o futuro

Numa cultura pautada pela meritocracia, o ATLANTICO continuou a reconhecer as entregas diferenciadas das suas equipas, tendo promovido em 2022 a evolução na carreira de 324 Talentos.

A mobilidades dos Talentos (entre equipas e geográfica) é incentivada, de modo a fomentar oportunidades de desenvolvimento de carreira multidireccionais, partilha de conhecimento, vivências, diversidade cultural e a criação de sinergias. Fruto da transformação estrutural do Banco, 422 Talentos entraram em processos de mobilidade, 80% dos quais intra-equipa.

TIPOLOGIA DAS MOBILIDADES



Compromisso com as famílias ATLANTICO

Em 2022, o ATLANTICO dinamizou um conjunto de actividades com o objectivo de proporcionar maior qualidade de vida, equilíbrio e bem-estar. Os Colaboradores tiveram a oportunidade de participar nas iniciativas associadas à celebração de mais um aniversário do Banco, entre as quais um Torneio de Xadrez digital, em eventos culturais, torneios interbancários de Futsal e Basquetebol. Foram igualmente assinaladas datas mundialmente reconhecidas.

3.3. Uso da tecnologia para servir melhor

O foco do ATLANTICO no desenvolvimento de soluções inovadoras, digitais e na utilização da informação permitiu melhorar significativamente a experiência dos Clientes.





O ano de 2022 foi marcado pela continuidade na aposta nos canais digitais Internet/Mobile Banking e USSD perspectivando uma adequação às necessidades actuais:

- O canal ATLANTICO Directo alargou as funcionalidades aos Clientes com a entrada do processo de registo de Ordens de Pagamento sobre o Estrangeiro (OPE), permitindo de forma ágil e actual subscrever operações de carácter particular nas vertentes pessoal, ajuda familiar e viagem;
- Na plataforma *400# Agiliza, foram trabalhadas as funcionalidades de desbloqueio de PIN na jornada do utilizador, geração de comprovativos de transferência em formato PDF, modelação da componente *Member get Member* e subscrição do produto *400# Agiliza através da jornada de abertura de conta *online* no canal ATLANTICO Directo.

Com foco na transformação digital ao serviço da experiência dos Clientes e dos Talentos, o ATLANTICO tem procurado definir indicadores-chave de desempenho (KPI) e objectivos e resultados-chave (OKR) visando transformar processos, jornadas de balcão e jornadas operacionais através

da incorporação de novas funcionalidades, das quais se destacam a catalogação e extracção de informação de documentos, detecção de assinaturas e geração de comprovativos e revisão de jornadas que permitam processos *paperless*, menos burocráticos e ajustados à dinâmica e ao nível de operação.

A procura de eficiência de processos *middle-office* focou-se na automatização da subscrição e da cobrança de produtos, suportada por RPA (*Robotic Process Automation*). Ao nível do processo de operações sobre o estrangeiro, o foco tem sido a automatização de registo de contratos e operações de invisíveis correntes através da integração no SINOC (Sistema Integrado de Operações Cambiais), definido pelo regulador Banco Nacional de Angola (BNA).

Destaca-se, ainda, a implementação dos processos de Transferências P2P/Express e POC STI (Sistema de Transferências Instantâneas) conforme regulamentado pelo BNA e pelo interoperador EMIS.

Adicionalmente, foi dada continuidade ao desenvolvimento de soluções inovadoras que permitam alargar a oferta *self-banking* ao Cliente final, nomeadamente a possibi-

lidade de renovar o seu cartão Multicaixa numa agência sem intervenção humana.

Outro dos projectos de grande impacto, concluído com êxito em 2022, foi o desenvolvimento do novo *website* do ATLANTICO, cujo lançamento ocorreu no final do ano. O Banco apresenta-se agora ao mercado com um *site* alinhado com a sua estratégia de inovação digital, baseado numa plataforma de navegação rápida e diferenciada que permite optimizar a experiência do utilizador (UX) e incrementar a cibersegurança. Além da melhoria da *performance* em termos de velocidade e carregamento do *site*, a plataforma actual suporta novas funcionalidades em linha com as necessidades e tendências, assim como um *design* responsivo com vista à melhoria da jornada do utilizador. As alterações são igualmente notórias no plano da actualização da identidade visual do Banco, mais dinâmica, jovem e moderna.

No que concerne aos projectos regulamentares, o ATLANTICO participou no desenvolvimento e entrega do SDD (Débitos Directos), Comparador de Comissões, Automatização API SINOC e controlo de Limite Cambial.

No âmbito do *Disruption Lab* (*Powered by ATLANTICO*), 2022 foi um ano de crescimento contínuo das três principais iniciativas.

Starmarket

De modo a servir o mercado com produtos de excelente qualidade a preços competitivos, o Banco continuou a sua estratégia de crescimento através do alargamento da base de fornecedores e dos produtos mais procurados. Esta estratégia visa consolidar a presença no mercado de *marketplaces*, em franco desenvolvimento em Angola.

iOla

A assistente digital do ATLANTICO opera já de forma autónoma e consistente, a servir os Clientes, assim como a possibilitar que Colaboradores que antes se encontravam unicamente afectos à gestão de interações com Clientes no *website* do Banco possam agora envolver-se noutras tarefas.

Coworking

O espaço de *coworking* continua a ser ocupado por empresas de tipologias e segmentos distintos, de forma a promover a interação entre empreendedores de diferentes negócios, dos quais alguns se têm afirmado nos mercados nacional e internacional. Existem casos de sucesso, fruto da infra-estrutura e do *networking* potenciado pelo ambiente que se proporciona.



3.4. Modelo de negócio escalável

O ATLANTICO aposta num modelo de negócio escalável que permita proporcionar aos seus Clientes uma experiência bancária de excelência. O seu modelo de negócio assenta nos seguintes princípios fundamentais:

TODOS



SERVIR TODOS OS SEGMENTOS DE CLIENTES



AUMENTAR OS NÍVEIS DE BANCARIZAÇÃO



ESCALAR A QUALIDADE DA BASE DE CLIENTES

COMO PREFERIREM



AUTONOMIA DOS CLIENTES (SELF-BANKING)



PROCESSOS SIMPLES, ÁGEIS E DIGITAIS



GESTÃO PERSONALIZADA E ESPECIALIZADA

SEMPRE



ALTA DISPONIBILIDADE (24/7)

ONDE



GESTÃO E VENDAS REMOTAS



CANAIS DIGITAIS



AGENTES BANCÁRIOS



EXPERIÊNCIA OMNICANAL





A transformação operada na nossa máquina de retalho tem sido determinante para a consolidação do ATLANTICO enquanto Banco universal e digital, permitindo alcançar com qualidade os seguintes marcos:

INICIATIVAS

ONBOARDING DIGITAL “5 EM 1”

Experiência simples, ágil e digital para abertura de conta, atribuição de códigos multicaixa e de acesso aos canais digitais.

ATLANTICO 24H

Disponibilização de serviços bancários em *self-banking* e alta disponibilidade (ATM e máquinas de depósitos).

*400# AGILIZA

Plataforma digital escalável e rede de agentes bancários capilar, que providencia serviços financeiros.

MODELO DE GESTÃO E VENDAS REMOTAS

Gestão personalizada remota que permite servir em escala e com maior proximidade.

MODELO DIFERENCIADOR PARA PME

Abordagem e proposta de valor específicas e diferenciadas para as PME.

DIGITALIZAÇÃO DE PROCESSOS CORE

Processos automatizados, *paperless* e em *self-banking*.

BANCASSURANCE

Oferta universal de seguros Fortaleza disponível nos canais bancários.

MARCOS

+ Clientes
> actividade
> satisfação

> cobertura
+ processos em *self-banking*
+ autonomia

+ Clientes digitais
+ pontos de atendimento
+ *onboarding mobile*

+ Clientes de gestão remota

+ PME activas
> envolvimento

+ processos digitais

> volume de negócios *Bancassurance*
+ apólices de seguros

31 DE DEZEMBRO DE 2022

2,8 milhões de Clientes
75% novos Clientes activos
0,3 reclamações por cada **1 000** Clientes

64% das agências em 24/7
40% dos processos core em *self-banking*
89% de depósitos em *self-banking*

51% dos Clientes digitais activos
2 548 pontos de atendimento
+ 490 mil aberturas de conta *mobile*

+25 mil Clientes Prestige Digital

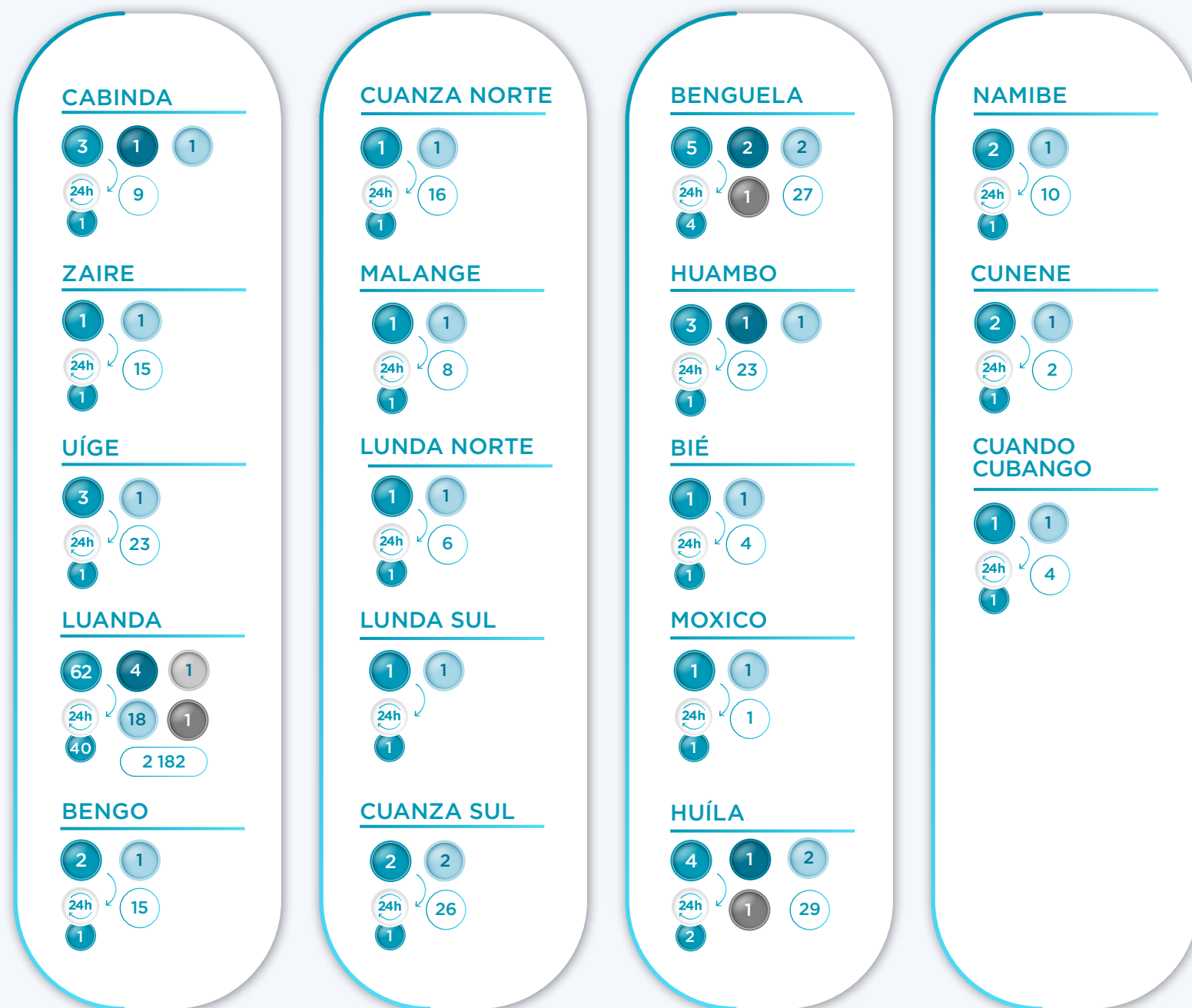
≅ **19 mil** PME activas
+ 11% recursos PME

62% dos processos core

3 053 milhões de kwanzas em prémios de seguros
210 mil apólices de seguros vendidas



3.4.1. Pontos de atendimento



96 Agências Mass Market
 24h ATLANTICO 24 horas
 61

9 Centros Prestige

1 Centro Private Banking

38 Centros PME

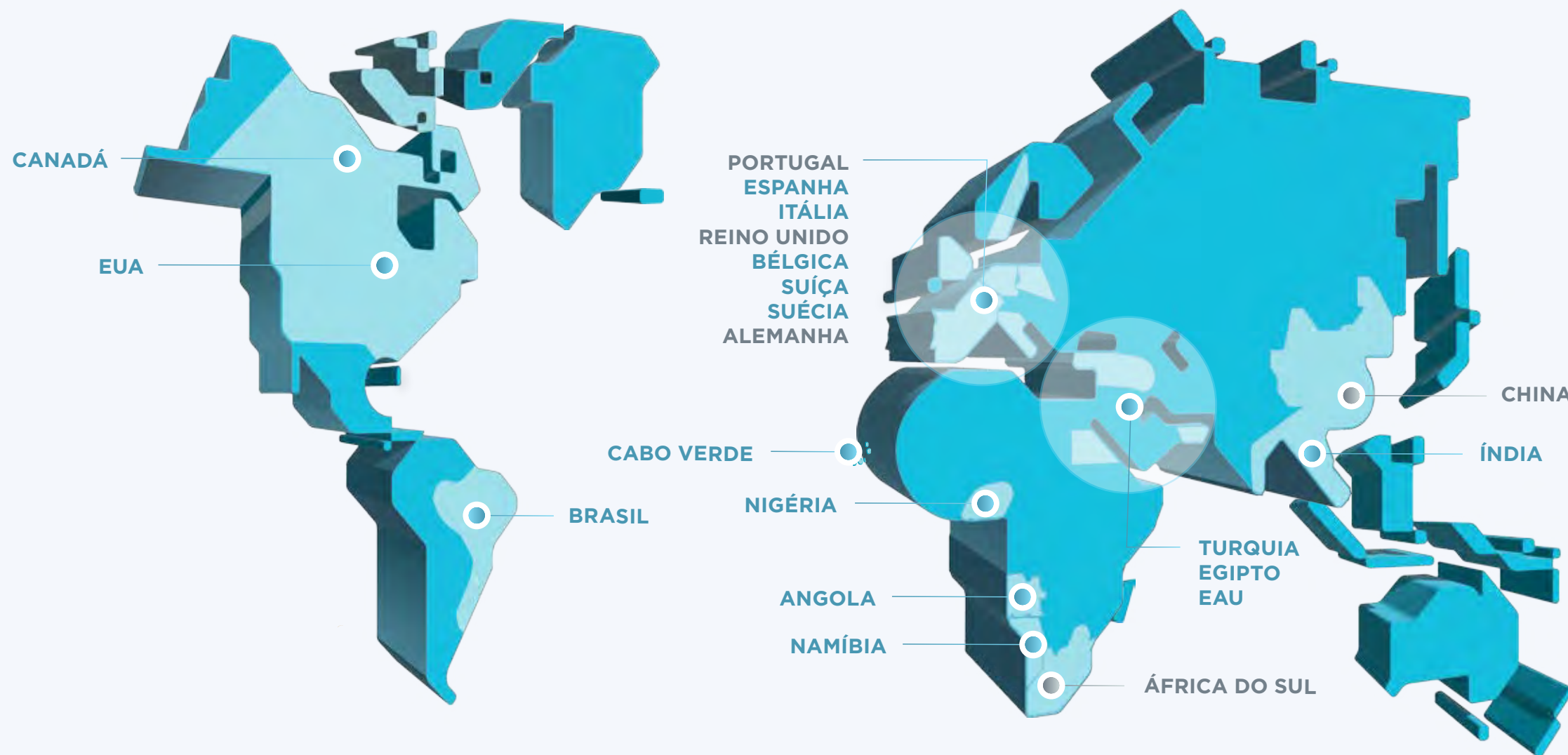
3 Centros Grandes Empresas

2 401 Pontos de venda de agentes bancários

3.5. Ecosistema de parcerias

COBERTURA MUNDIAL
das operações dos nossos Clientes

26 bancos correspondentes em **4 continentes**



BANCOS CORRESPONDENTES

- COMMERZBANK
- BYBLOS BANK
- Millennium bcp
- NOVO BANCO
- mashreq
- aktiv bank
- NEDBANK
- 中國銀行 BANK OF CHINA
- UniCredit
- ATLANTICO EUROPA
- Santander
- Deutsche Bank
- RAND MERCHANT BANK
- absa

PARCEIROS

- HEMERA CAPITAL PARTNERS
- FORTALEZA SEGUROS

- Países com bancos correspondentes
- Países onde o ATLANTICO tem relação comercial



O ano de 2022 foi marcado pelo crescimento das importações e, logo, do montante de transacções via operações documentárias e de pagamentos comerciais, pese embora tenham persistido os efeitos dos impactos regulamentares registados em 2021 referentes à anulação dos limites nos procedimentos de importação e exportação de mercadorias.

Para suporte do negócio, a rede de correspondência do ATLANTICO foi otimizada e conta actualmente com 133 bancos correspondentes, após a parceria com dois bancos sediados na Turquia, nomeadamente o ZIRAAT BANK e o TURK EXIMBANK. O ATLANTICO tem mantido a sua transaccionalidade, por via de relações activas com 26 bancos correspondentes, nas diversas vertentes de negócio, sobretudo em linhas de *trade finance*, pagamentos comerciais em moeda estrangeira e linhas de tesouraria.

As importações de mercadorias, por via de créditos documentários de importação registaram o montante de USD 117,9 milhões, um crescimento de 70% face ao período homólogo (USD 70 milhões), fixando-se a quota de mercado (QM) em 7%.

Na componente de exportações, os créditos documentários registados fixaram-se em USD 8,3 milhões, o que representou uma QM de 26%, a corresponder a um crescimento de 17% face ao período homólogo (USD 7,1 milhões).

Os pagamentos comerciais registaram igualmente um forte crescimento. Em 2022, as ordens de pagamentos emitidas pelo Banco fixaram-se em USD 3 986 milhões, o que representa uma QM de 11%, com um crescimento de 66% face ao período homólogo (USD 2 404 milhões). Foi possível registar também um crescimento nos pagamentos recebidos, dado que os Clientes exportadores têm preferencialmente recebido os fundos junto do ATLANTICO. Assim, o Banco registou o montante de USD 3 441 milhões, tendo atingido a quota de mercado de 12%, um crescimento de 30%, face ao período homólogo (USD 2 657 milhões).

QM CONSOLIDADA *TRADE FINANCE* + PAGAMENTOS EMITIDOS E RECEBIDOS

11% Operações de importação

12% Operações de exportação

Para suporte do negócio, a rede de correspondência do ATLANTICO foi otimizada e conta actualmente com **133 bancos correspondentes**, mantendo relações activas com **26 bancos**



A estratégia do ATLANTICO de promover as importações por via de cartas de crédito e garantir a continuidade dos negócios dos seus Clientes permitiu a captação de uma nova Linha de Trade Finance com a instituição AFREXIMBANK, no montante de USD 10 milhões, para confirmar e liquidar cartas de crédito.

Ao nível das exportações, o Banco continua a apoiar o sector não-petrolífero e a contribuir para o desenvolvimento económico do País através da oferta de soluções adequadas às necessidades das empresas exportadoras, que assegurem o suporte a este tipo de operações.

LINHAS DE FINANCIAMENTO



50 MILHÕES DE DÓLARES:
Linha de financiamento de longo prazo para projectos de investimento de PME exportadoras

50 MILHÕES DE DÓLARES:
Facilidade para operações de *Trade Finance*



30 MILHÕES DE EUROS:
Linha de financiamento com garantia de uma agência de crédito à exportação



5 MILHÕES DE DÓLARES:
Facilidade de garantia para cobertura de risco de crédito às PME

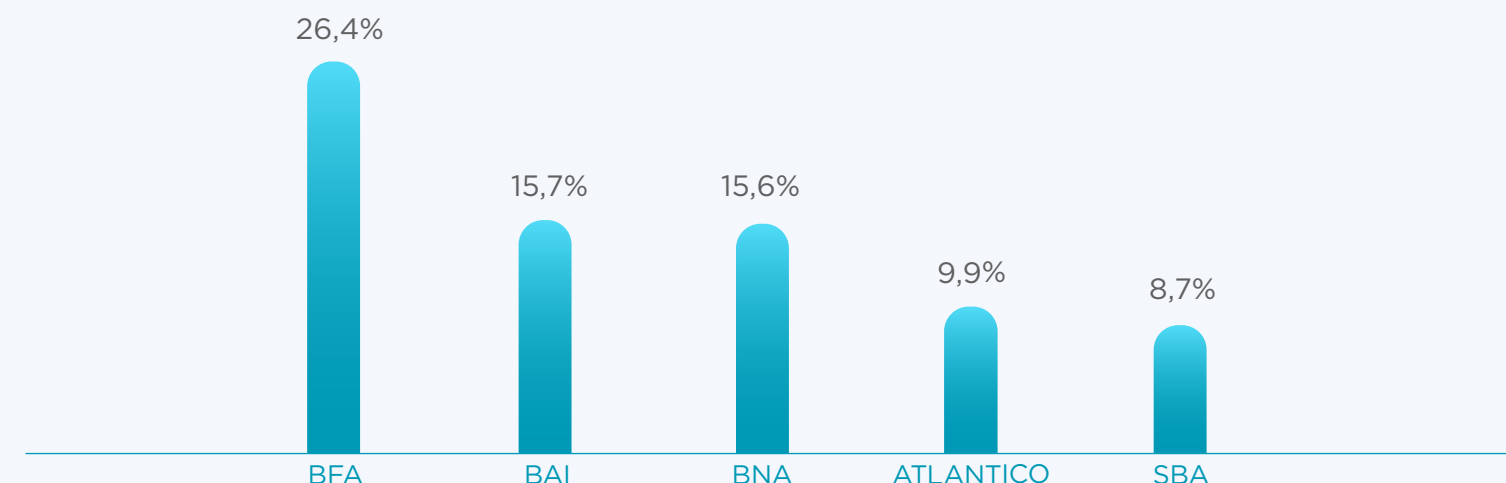


10 MILHÕES DE DÓLARES:
Facilidade de Trade Finance para confirmação de Créditos Documentários, Garantias e *Irrevocable Reimbursement Undertaking* (IRU)

Intermediação, custódia e banco depositário

Quanto à actividade no mercado de capitais, propriamente a intermediação de valores mobiliários no mercado secundário, o volume transaccionado pelo ATLANTICO ascendeu os 223 mil milhões de kwanzas em 2022, um aumento face ao período homólogo de 66%, representando uma QM de 9,9%. Esta *performance* permitiu ao Banco manter a presença no top 5 dos maiores negociadores do mercado.

RANKING DO MERCADO - TOP 5 DOS MEMBROS BODIVA



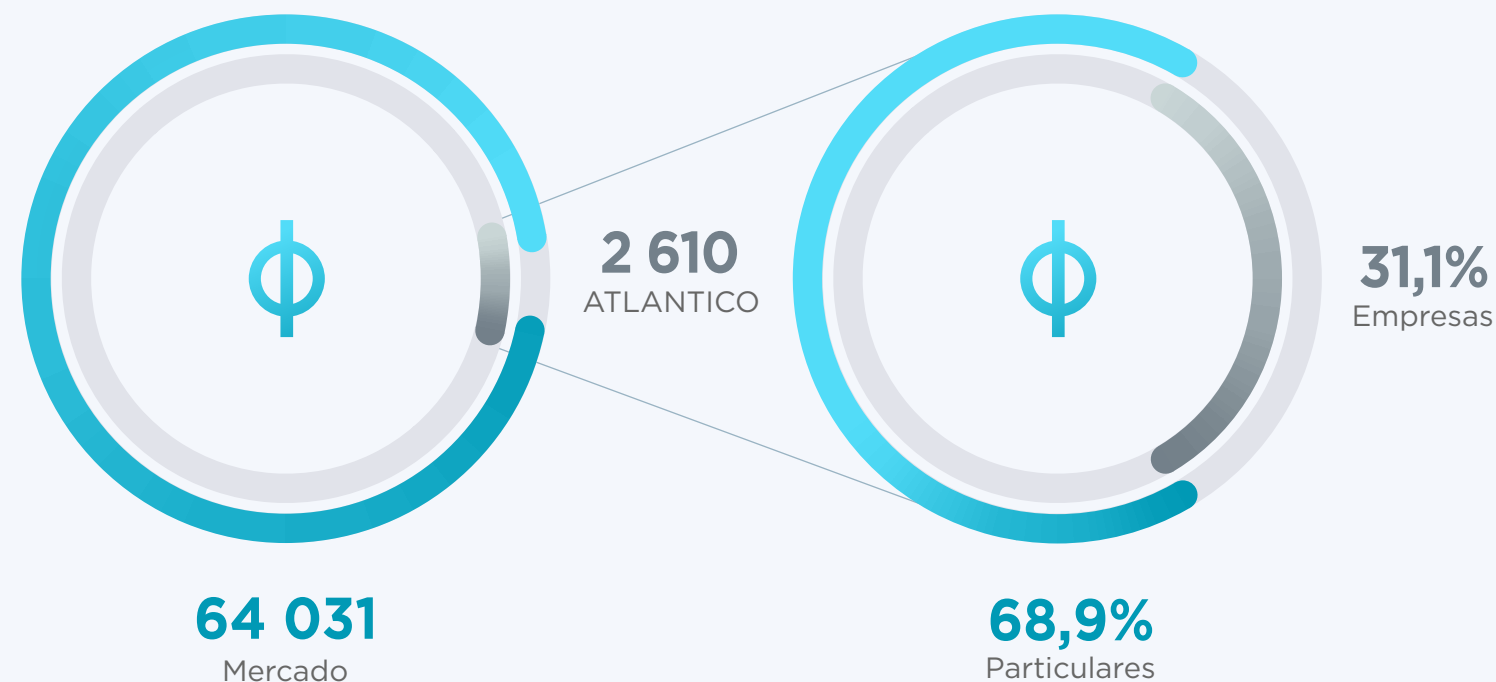
Fonte: Relatório Mensal Bodiva

O serviço prestado por equipas especializadas de negociação e pós-negociação, dedicadas aos investidores, continua a impulsionar a literacia financeira, o suporte para a tomada de decisões de investimento e a divulgação dos valores mobiliários oferecidos nos mercados regulamentados em Angola.



O ATLANTICO destaca-se também por manter o seu posicionamento como terceiro maior banco em termos de número de contas de custódia abertas, com 4% de QM, tendo sob sua guarda instrumentos de valores mobiliários expressos em mais de 323 mil milhões de kwanzas, segmentados por investidores Particulares e Empresas.

CONTAS DE CUSTÓDIA



No serviço de banco depositário, o ATLANTICO mantém sob a sua custódia seis organismos de investimento colectivo (OIC), dos quais cinco fundos e uma sociedade de investimento, sendo um OIC aberto e cinco fechados, com um montante total custodiado de 286 mil milhões de kwanzas. Agrega também sob sua custódia um Fundo de Pensões.

O objectivo do ATLANTICO de aumentar o envolvimento de Clientes nesse mercado prevalece, mantendo a divulgação e promoção do serviço de custódia e de banco depositário através dos meios de comunicação usuais, garantindo visibilidade, informação e oportunidade para diversificação do seu *portfolio*.

O ano de 2022 fica igualmente marcado pela admissão à negociação das acções do Banco Angolano de Investimentos (BAI) e do Banco Caixa Geral Angola (BCGA) no Mercado de Bolsa de Acções (MBA) gerido pela Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA).

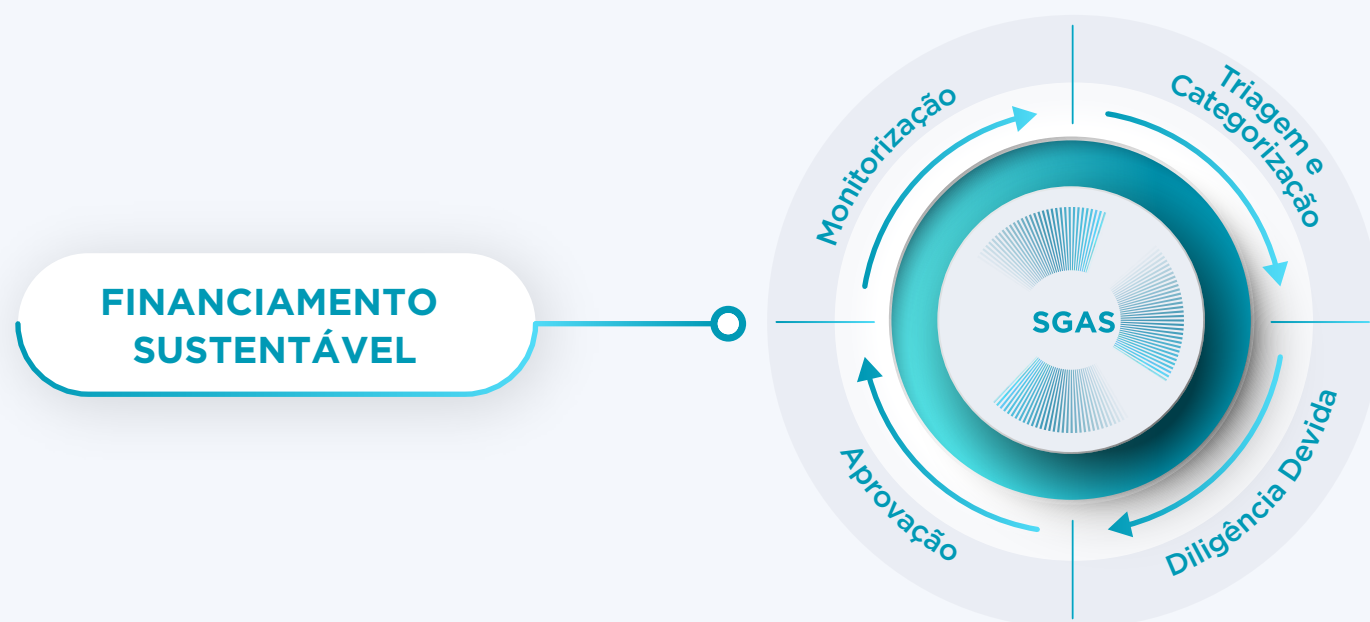
Adicionalmente, em função da gestão de passivos do Estado, registaram-se as primeiras operações de *swap* de títulos de dívida pública, executadas a preço de mercado, com cerca de USD 180 milhões em obrigações indexadas a serem substituídas por Obrigações do Tesouro Não Reajustáveis (OT-NR), com o objectivo de reduzir o risco à exposição cambial.

3.6. ESG (Environmental, Social and Governance)

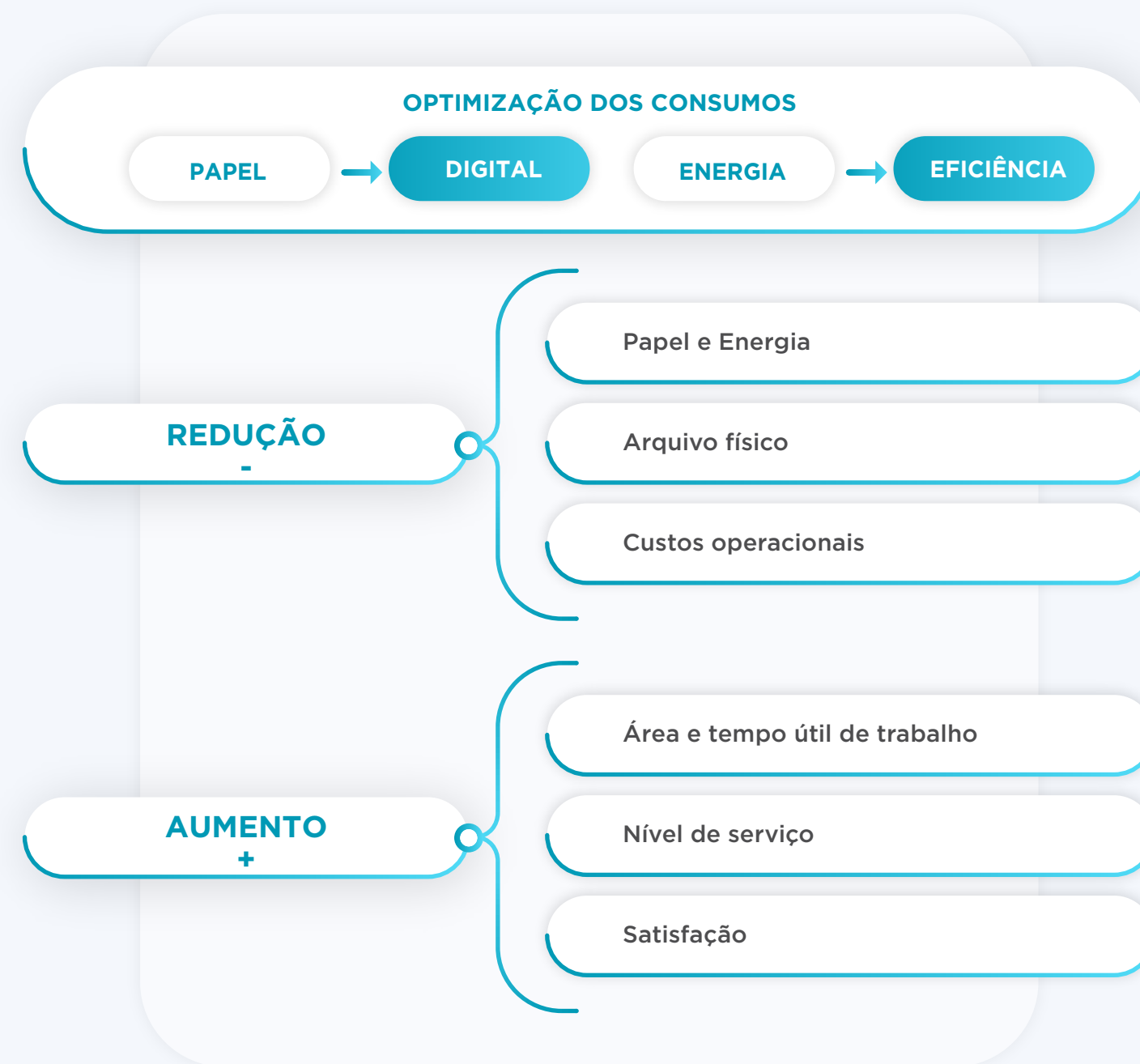
3.6.1. Sustentabilidade ambiental

O Banco acredita que um desempenho ambiental de excelência representa um factor de distinção e condição fundamental para o desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, tem trabalhado continuamente na implementação da política de Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS), para prestar o devido apoio aos projectos de sustentabilidade, equilíbrio ambiental e impacto social, assim como contribuir para a prevenção de acidentes de percurso que poderão influenciar negativamente a materialização de projectos, mantendo o padrão socioambiental internacional (Princípios do Equador).



O compromisso com a sustentabilidade, alicerçado na transformação digital e numa cultura de eficiência, tem permitido atingir importantes marcos na optimização de consumos, resultando em significativos ganhos económicos, de sustentabilidade e produtividade.



3.6.2. Transformação Social

A Transformação social é um pilar fundacional do ATLANTICO, estando no seu ADN a partilha dos resultados da sua actividade com as Comunidades em que se insere, deixando uma marca relevante na Sociedade.

Os Fundadores criaram uma Instituição assente na criação de Valores para a Vida. Uma Instituição geradora de valores para os seus Clientes, Accionistas, Pessoas e, acima de tudo, para as Comunidades.

ESTRATÉGIA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DO ATLANTICO



CONHECIMENTO



EMPREENDEDORISMO



SAÚDE E BEM-ESTAR



ECOSSISTEMA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL DO ATLANTICO



IMPACTO DO ECOSISTEMA NAS COMUNIDADES

 <p>+ 29 mil Vidas impactadas</p>	 <p>+ 2 000 Agentes de Transformação social</p>	 <p>+ 208 mil Horas investidas nas Comunidades</p>
---	---	--

Em 2022, no âmbito do Programa de Voluntariado “Partilhamos Valores para a Vida”, foram dedicadas mais de 6 600 horas ao investimento social, com o envolvimento de cerca de 760 Colaboradores e a dinamização de diversas actividades com impacto nas comunidades.

Durante o ano, o Banco realizou um conjunto de actividades que comprovam

e reforçam o forte sentido de responsabilidade para com as Pessoas. Destaca-se a colaboração com o Banco Alimentar de Angola, nomeadamente através da distribuição de donativos recolhidos pelas famílias ATLANTICO e da partilha de Talentos junto dos centros de apoio às comunidades.



+ 6 600
Vidas impactadas



≈760
Colaboradores



+ 6 600
Horas

Bens alimentares | Material didáctico | Vestuário | Brinquedos



ENTREGA DE DONATIVOS ÀS CRIANÇAS DO LAR DE NAZARÉ



NATAL SOLIDÁRIO NO CENTRO DE NUTRIÇÃO IRMÃS FALEZAS



ENTREGA DE DONATIVOS ÀS CRIANÇAS DO LAR DE ACOLHIMENTO CONSOLADORA DOS AFLITOS



ENTREGA DE DONATIVOS À OBRA DE CARIDADE DA CRIANÇA SANTA ISABEL



RECOLHA PARA O BANCO ALIMENTAR



ENTREGA DE DONATIVOS AO LAR DE TERCEIRA IDADE DO BEIRAL

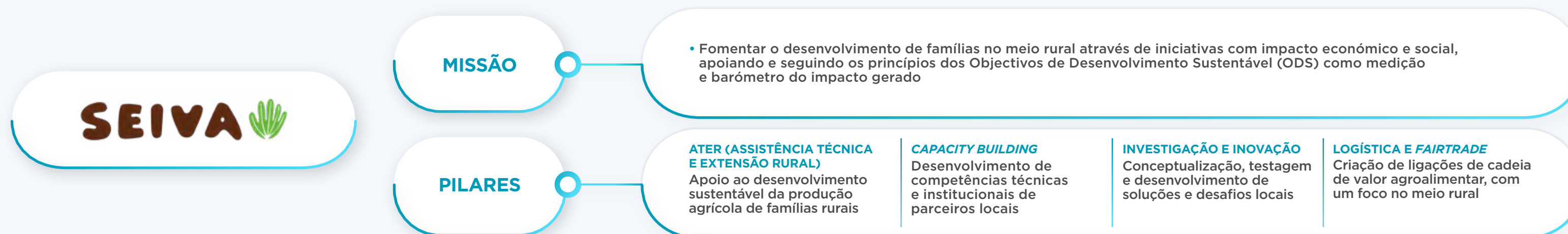
Têm sido igualmente desenvolvidas acções de apoio a instituições, seleccionadas em linha com a estratégia de transformação social do ATLANTICO, com foco no conhecimento e empreendedorismo, nomeada-

mente mediante iniciativas de dinamização do agro-negócio, em parceria com a SEIVA, e de apoio à educação inclusiva, equitativa e de qualidade, com a Fundação Ulwazi e o Lar de Nazaré.

No âmbito desta estratégia, o ATLANTICO pretende impactar nas comunidades muito para além das contribuições financeiras, mas igualmente por meio da partilha de

conhecimento e inclusão financeira, visando altos níveis de bancarização e transaccionalidade, através do *400# Agiliza.

EMPREENDEADORISMO



CONHECIMENTO





EMPREENDEDORISMO

SEIVA

CONHECIMENTO

SEIVA
SEIVA TALKS17 PARCERIAS EMERIS
DE IMPLEMENTAÇÃO

OBJECTIVOS

- Potenciar modelos de desenvolvimento inclusivo, baseado na propriedade rural
- Apoiar famílias camponesas através de programas de formação
- Assistência técnica e gestão agrícola
- Promoção da produção e da comunidade rural no mercado formal
- Atrair jovens angolanos para o sector primário



RAIO DE ACTUAÇÃO

- Famílias de camponeses na Comuna do Dombe Grande, província de Benguela.
- O objectivo passa por replicar o modelo a outras regiões do país.



IMPACTO

**+ 1 087** Vidas impactadas
(incluindo 281 agricultores directamente)**433** Hectares de áreas de produção**368** Toneladas de produção total de feijão**29** Toneladas de sementes de feijãoBancarização das comunidades
(*400# Agiliza)

IMPACTO

**6** Webinars**34** Oradores**+ 500** Participantes**+ 1 500** Horas investidas



No pilar do empreendedorismo, o ATLANTICO detém igualmente uma parceria com a Hemera Capital Partners, sendo investidor inicial do Dual Impact Fund, o primeiro fundo de Impacto em Angola. Trata-se de um veículo especializado para apoio a *startups* e PME

que tem como foco de investimento projectos que ofereçam potencial de retorno financeiro aliado à resolução de problemas sociais.

EMPREENDEDORISMO

DUAL
IMPACT FUND

- 1 ERADICAÇÃO DA POBREZA
- 3 SAÚDE E BEM-ESTAR
- 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
- 5 IGUALDADE DE GÉNERO
- 8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÓMICO
- 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

OBJECTIVOS

- Contribuir para o desenvolvimento do sistema empresarial angolano, apoiando as empresas a incorporarem na sua missão os critérios de sustentabilidade e de impacto
- Ser uma fonte de financiamento para *startups* e PME
- Criar impacto com retorno financeiro, social e ambiental

CARACTERÍSTICAS

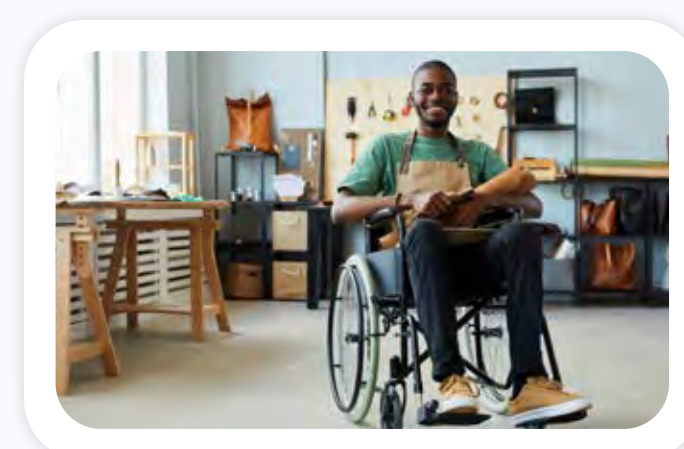
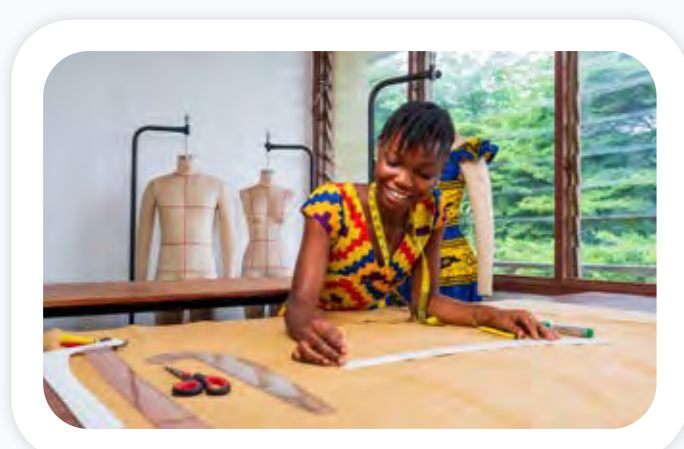
3,1 mil milhões de kwanzas sob gestão
Objectivo: **10 mil milhões** de kwanzas

10 anos
Maturidade do Fundo
5 anos de período de investimento

30 milhões - 600 milhões
de kwanzas de kwanzas
Investimento por projecto

RAIO DE ACTUAÇÃO

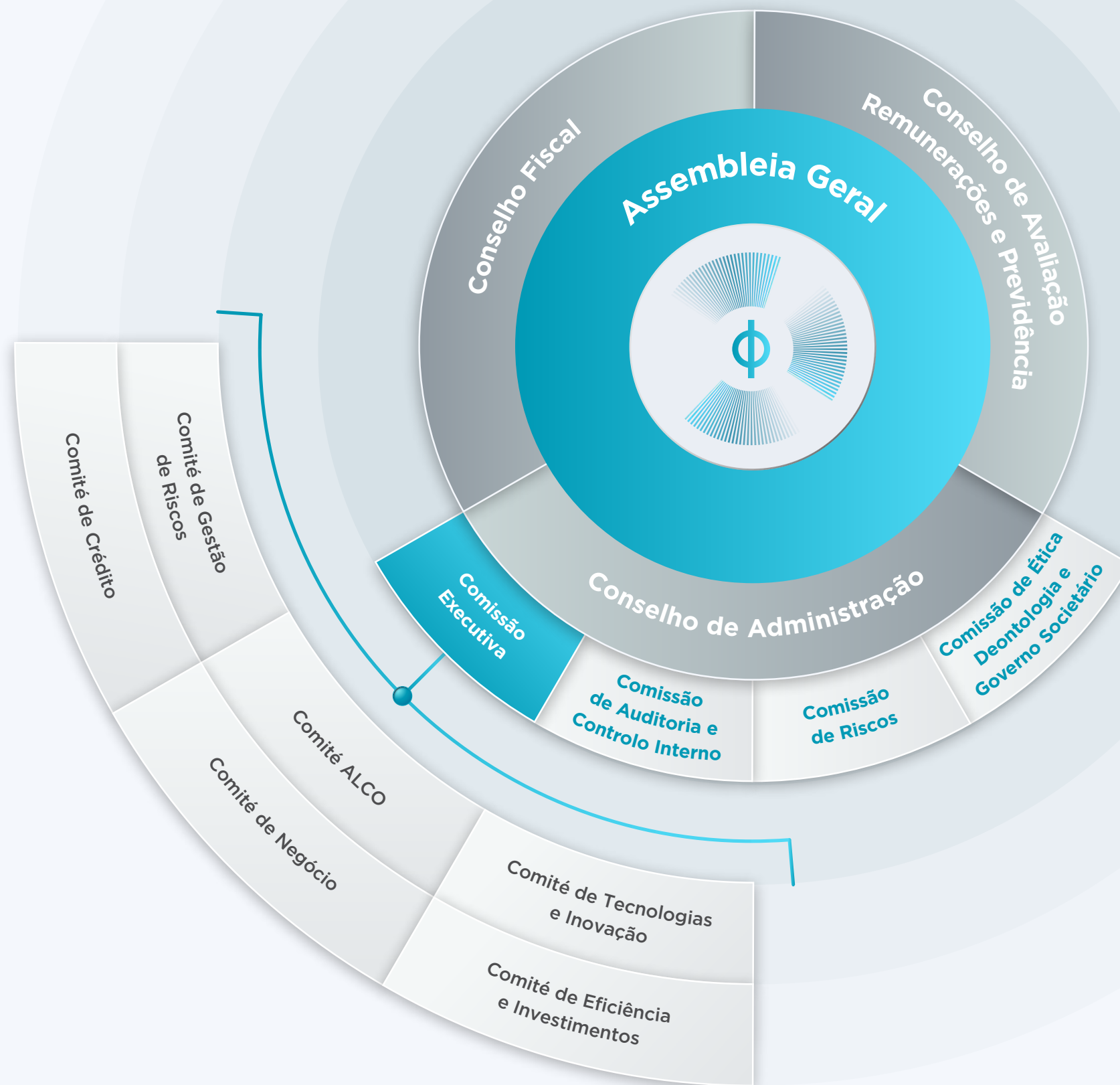
- Habitação acessível • Agricultura • Logística • Serviços financeiros
- Indústria • Energia • Saúde • Educação





3.6.3. Governo

Modelo de Governo





Composição dos órgãos e corpos sociais

	Conselho de Administração	Comissão Executiva	Comissão de Auditoria e Controlo Interno	Comissão de Riscos	Comissão de Ética, Deontologia e Governo Societário	Conselho Fiscal	Conselho de Avaliação, Remunerações e Previdência	Mesa da Assembleia Geral
António Assis de Almeida	●							
Daniel Santos	●			●				
Miguel Pessanha	●		●					
Elpídio Neto	●		●		●			
Paulo Tomás	●			●				
José Carlos Burity	●		●		●			
Madalena Neto	●		●					
Vanessa Mendonça	●			●	●			
Miguel Alves	●	●						
Éder Sousa	●	●						
Patrícia Gabriel	●	●						
João Mendonça	●	●						
Isabel Espírito Santo	●	●						
Mauro Neves	●	●						
Catarina Souza	●	●						
António Frutuoso de Melo							●	
José Wanassi							●	
Manuel Aguiar							●	
Nuno Teodósio de Oliveira						●		
Nélson Teixeira						●		
Guilherme Frutuoso de Melo						●		
José Dordio						●		
Cristina Ferreira						●		
João Manuel Pedro								●
Fernando Magarreiro								●
Patrícia Dias								●



Estrutura orgânica

- Direcção
- Gabinete
- Unidade autónoma





Comissão Executiva

Composição e Pelouros

* A ordem de substituição apresentada deve ser aplicada apenas nos casos em que o Administrador ausente/impedido não tenha tido oportunidade de indicar directamente o seu substituto, com as devidas cautelas em relação a potenciais situações de conflito de interesses.

O PCE e os Vice-PCE podem ajustar entre si a adequada partilha de pelouros sempre que um deles esteja ausente/impedido de exercer as suas funções.

** Reporte hierárquico, sendo que o reporte funcional é feito ao Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo Interno para o Compliance Office e para a Auditoria Interna, e ao Presidente da Comissão de Riscos para o Risk Office.



- Direcção
- Gabinete
- Unidade autónoma
- Alternância

João Mendonça • Vogal
Chief Marketing Officer (CMO)

- Marketing & Customer Experience • DMK
- Marca e Comunicação • DMC
- Crédito • DCR
- Parcerias Estratégicas • GPE

COO e CBO-R*

Isabel Espirito Santo • Vogal
Chief Business Officer (CBO) - Retail

- Mass Market • MMT
- Prestige • DPR
- Negócio de Banca Simplificada • NBS
- Pequenas e Médias Empresas • PME

CBO-C e CMO

Patrícia Gabriel • Vogal
Chief Operating Officer (COO)

- Património & Serviços • DPS
- Cyber Security • DCS
- Digital Banking & Innovation • DBI
- Continuidade de Negócio • GCN

CMO e CBO-C*

Miguel Raposo Alves • PCE
Chief Executive Officer (CEO)

- Gestão de Talento • DGT
- Inovação & Transformação • GIT
- Sustentabilidade & Impacto • GSI
- Investor Relations • IR
- Disruption Lab • LAB

CRO e CFO*

Éder Sousa • Vice-PCE
Chief Financial Officer (CFO)

- Jurídica e Recuperação de Crédito • DJR
- Contabilidade • DCT
- Planeamento e Controlo • DPC
- Financeira e Mercados • DFM

CRO e CEO*

Catarina Souza • Vogal
Chief Risk Officer (CRO)

- Compliance Office • COF**
- Auditoria Interna • DAU**
- Risk Office • ROF**
- Processos e Organização • DPO
- Dados & Informação de Gestão • GDIG
- Controlo Cambial

CEO e CFO*

Mauro Neves • Vogal
Chief Business Officer (CBO) - Corporate

- Grandes Empresas • DGE
- Private Banking • DPB
- Meios de Pagamento • DMP

CBO-R e CMO*



3.7. Cultura de gestão do risco

O Banco Millennium Atlântico encara a gestão de risco como elemento central da sua visão estratégica, apoiando esta área através de uma estrutura de órgãos colegiais compostos por Comitês e Comissões independentes das restantes estruturas de governação. Assim, a área de gestão de risco é independente das áreas geradoras de risco e apresenta mecanismos de decisão e controlo directamente dependentes da Administração do Banco.

Em termos hierárquicos o Risk Office reporta directamente ao Conselho de Administração, garantindo assim a autonomia e independência necessária enquanto função de controlo interno, contudo, e por eficiência operacional na gestão diária, realiza reportes à Comissão Executiva.

A gestão de risco do Banco é realizada de acordo com estratégias e políticas definidas pelo Conselho de Administração, com a respectiva delegação de competências na Comissão Executiva, sendo o pelouro do Risk Office atribuído a um Administrador, sem responsabilidade directa nas direcções comerciais e no Risk Office, que é

responsável pela implementação das estratégias e políticas definidas.

Na vertente organizacional, importa sublinhar a relevância do Comité de Gestão de Riscos, onde participam dois Administradores e os responsáveis pelas Direcções que gerem e controlam os riscos financeiros (crédito, taxa de juro, taxa de câmbio, liquidez e solvabilidade) e riscos não financeiros (designadamente risco operacional, risco de *compliance*, risco reputacional e risco dos sistemas de informação).

Por forma a reforçar a independência das funções de controlo, encontra-se ainda instituída uma Comissão de Riscos com competências delegadas directamente pelo Conselho de Administração e independente da Comissão Executiva. É apresentada a esta Comissão diversa informação sobre a gestão de riscos e sobre o planeamento e os resultados das principais actividades desenvolvidas, sendo a mesma responsável por monitorizar o nível geral de risco assumido pelo ATLANTICO e controlar o processo da sua gestão.

A gestão de risco é articulada com a actualização de outros órgãos, nomeadamente com o Comité ALCO, o Comité de Crédito, o Comité de Gestão de Negócio e o Comité de Gestão de Tecnologias e Inovação.

Apresentam-se de seguida os principais comités com intervenção na gestão de risco:

Comité de Gestão de Riscos - é o órgão colegial responsável pela supervisão dos riscos de crédito, mercado, liquidez, solvabilidade e riscos operacionais. Tem a responsabilidade de acompanhar, avaliar e propor medidas que permitam corrigir desvios às políticas e limites definidos para as várias tipologias de risco. Reúne-se com uma periodicidade trimestral.

Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO - *Assets and Liabilities Committee*) - tem a responsabilidade de deliberar sobre medidas estruturais que permitam adequar o balanço à estratégia e objectivos do Banco, bem como analisar e discutir a evolução dos principais indicadores do balanço. Reúne-se com uma periodicidade trimestral.

Comité de Crédito - é o órgão com intervenção na gestão do risco de crédito. Tem como principais responsabilidades decidir sobre todas as operações que lhe são submetidas de acordo com as políticas e regras de concessão de crédito em vigor, as quais estão materializadas em regulamento específico. Reúne-se com uma periodicidade semanal.

Principais eventos em 2022

O ano de 2022 foi um período exigente que obrigou os bancos a procederem a ajustes internos de forma a cumprirem com as exigências impostas pelo pacote na nova regulamentação alinhada com o projecto de Equivalência de Supervisão que está a ser implementado pelo Banco Nacional de Angola (BNA) desde 2020, a par das obrigatoriedades regulamentares já em vigor. Neste âmbito de actualização, destacam-se como mais significativos os seguintes eventos realizados neste período:

1. Realização de testes de esforço anuais, com referência a 31 de Dezembro de 2021, incluindo a análise de cenários e testes de esforço inversos, em conformidade com o Instrutivo N.º 02/2017.



Dos resultados obtidos, verificou-se que mesmo em esforço o Banco mantém-se em conformidade com os rácios mínimos regulamentares de capital e liquidez no horizonte temporal de 2022 a 2024.

2. Apresentação das principais conclusões dos Processos de Auto-avaliação da Adequação da Liquidez e Capital Interno (ILAAP e ICAAP), com o detalhe do seu modelo de governo, metodologias de apuramento de requisitos de capital e avaliação da liquidez, sendo que os resultados obtidos confirmam a adequação dos níveis actuais num horizonte temporal da análise de três anos, ou seja, até 2024;
3. Revisão dos *haircuts* aplicáveis às garantias de crédito com risco Estado;
4. Revisão e adequação interna das ferramentas para o cumprimento dos novos requisitos no âmbito dos reportes prudenciais associadas ao Aviso n.º 08/2021, tendo o primeiro reporte sido realizado a 4 de Maio de 2022, com referência a 31 de Março de 2022;
5. Resposta do Banco à missiva 312/DSB/2022 (Fase 1- Recolha de Informação - SREP 2021), de 11 de Maio de 2022, sobre o pedido de informação complementar no âmbito do processo de Análise

e Revisão do Supervisor (SREP) para o ciclo de supervisão de 2022;

6. Resposta do Banco ao pedido de informação sobre o plano de acção e de implementação dos testes de esforço padronizados ao abrigo do Instrutivo N.º 03/2022, de 29 de Março, sobre testes de esforço e da Directiva N.º 02/DSB/DRO/2022, de 29 de Março, sobre Testes de Esforço Padronizados para efeitos de supervisão;
7. Acompanhamento do cumprimento do Aviso n.º 10/2022 - Concessão de Crédito ao Sector Real da Economia e do seu impacto nas reservas obrigatórias a constituir em moeda nacional, no âmbito da gestão do risco de liquidez;
8. Preparação para o arranque do processo de financiamento no âmbito do Aviso n.º 09/2022 - Concessão de crédito à habitação e à construção;
9. Adequação aos ajustes e alteração ao reporte à Central de Informação de Risco de Crédito do BNA (projecto CIRC 3.0);
10. Monitorização e reporte ao BNA dos Créditos Concedidos aos Detentores de Participações Qualificadas no âmbito do disposto na Directiva n.º 05/DSB/DRO/2020;

11. Monitorização e reporte ao BNA e à gestão do Banco sobre a evolução das exposições de crédito de Clientes intervencionados pelo Estado ou sujeitos a arresto de bens e participações sociais;

12. Processo de melhoria contínua para a implementação do *workflow* para decisão de crédito e de atribuição de graus de risco na componente de particulares (*scoring*), que suporta modelos diferenciados por produto de crédito e tipologia de Cliente;

13. Resposta do Banco ao pedido de informação para avaliação do nível de implementação do Aviso n.º 01/2022 sobre Código do Governo Societário das IFB e do Aviso n.º 08/2021 sobre Requisitos Prudenciais, de Fundos Próprios, Processo de Supervisão e Gestão de Risco e Disciplina de Mercado;

14. Com base na Directiva n.º 02 /DSB/DRO/2020 - Guia de Recomendações de Gestão de Exposições não Produtivas (ENP), Reestruturações e Activos Executados em Dação de Pagamento, apresentação ao BNA do plano de acção e objectivos no âmbito da gestão de ENP, a par dos reportes trimestrais exigidos pela mesma regulamentação;

15. Participação em processos de *due diligence* de bancos multilaterais e gestão de *covenants* para linhas já aprovadas, nomeadamente através da elaboração de reportes periódicos sobre informação de crédito, liquidez e solvabilidade e esclarecimentos sobre a qualidade dos activos em alinhamento com o perfil de risco definido para o Banco;

16. Processos de melhoria contínua com foco na reconciliação e qualidade de informação e automatização das integrações entre sistemas críticos para a avaliação do risco de crédito, liquidez, solvabilidade e taxa de juro e na automatização da produção de reportes críticos no processo de fecho do mês, bem como a implementação e automatização das alterações decorrentes na nova regulamentação disposta no Aviso n.º 08/2021, com vista à melhoria contínua dos processos de reporte no âmbito da qualidade de informação e redução do tempo de duração;

17. Realização da revisão anual do catálogo dos 41 processos mapeados e acompanhados com base no modelo de gestão do risco operacional implementado pelo ATLANTICO;

18. Desenvolvimento do projecto para implementação do modelo de gestão de riscos de cibersegurança e da sua



integração no modelo de gestão de riscos operacionais aprovado pelo Banco;

19. Implementação do plano de comunicação no âmbito da gestão do Risco Operacional, promovendo a cultura de risco e a participação mais activa da primeira linha de defesa no modelo de gestão.

3.7.1. Perfil de risco

Os princípios da governação do risco nas instituições financeiras, estabelecidos pelo Aviso n.º 7/2016 do BNA, assentam no princípio essencial de que “atendendo a que a aceitação de riscos é uma parte fundamental da actividade das mesmas, estas devem encontrar um equilíbrio entre o risco que estão dispostas a assumir e os retornos que esperam atingir, de forma a assegurar uma situação financeira sólida e sustentável”. No ATLANTICO, desde a sua implementação em 2017, o Perfil de Risco é revisto anualmente e aprovado pelo Conselho de Administração do Banco em simultâneo com a aprovação do orçamento. A última revisão do Perfil de Risco foi em Dezembro de 2022.

O Risk Office é responsável pelo acompanhamento e monitorização do perfil de risco e pela comunicação dos principais resultados e conclusões, assim como

pela assessoria à Comissão Executiva e ao Conselho de Administração no que respeita à revisão e actualização periódica do perfil de risco, bem como na avaliação das acções ou medidas de remediação que devam ser implementadas sempre que ocorra um incumprimento dos limites estabelecidos que possa condicionar ou impactar negativamente a actividade do Banco.

O reporte formal de acompanhamento do perfil de risco é realizado trimestralmente pelo Comité de Gestão de Riscos e com a apresentação mensal de resultados à Comissão Executiva e ao Conselho de Administração. Sempre que algum dos indicadores calculados com periodicidade inferior se encontre fora dos limites estabelecidos, é devidamente comunicado para que sejam estabelecidas e implementadas acções mitigadoras de forma tempestiva.

Os limites que compõem o perfil de risco do ATLANTICO são estabelecidos em três níveis, derivando dos mesmos as responsabilidades de comunicação e desenvolvimento de acções correctivas. Os três níveis são:

Apetite ao risco – reflecte o nível de risco para o qual o ATLANTICO está preparado e se predispõe a aceitar, tendo em consideração a sua estratégia e a sua capacidade financeira para assumir perdas.

Definição de uma zona de tolerância – permite estabelecer um sistema de alerta tempestivo e accionar acções correctivas antes que o Banco atinja a sua capacidade máxima de tomada de risco.

Limite de capacidade – refere-se ao montante máximo de risco que o Banco está disposto a aceitar no decurso da sua actividade, sem colocar em causa a respectiva estabilidade, posicionamento e solvabilidade.

3.7.2. Risco de crédito

A gestão de risco de crédito é baseada num conjunto de políticas e orientações estabelecidas em função das estratégias de negócio e do perfil de risco da Instituição, sendo revista regularmente e sempre que necessário.

Concessão de crédito – é desenvolvida e assente em regulamentos e normativos, revistos regularmente, que disciplinam essa actividade e estabelecem com clareza a delegação de competências, quer em valor, quer em rendibilidade, em função do risco implícito dos Clientes, segmentos e operações.

Acompanhamento do crédito – é da responsabilidade de todos os intervenientes do processo de crédito e, em particular,

das áreas comerciais, as quais devem assegurar a prestação de toda e qualquer informação sobre o Cliente que possa traduzir uma alteração das suas condições de solvência.

Mensuração do risco de crédito – assenta no acompanhamento e controlo da evolução da exposição ao risco de crédito da carteira do Banco e na implementação de acções de mitigação para preservação da qualidade do crédito e dos limites de risco definidos.

3.7.3. Risco de mercado e liquidez

Os principais intervenientes na gestão diária do risco de mercado e liquidez são a Direcção Financeira e Mercados e o Risk Office. A Direcção Financeira e Mercados é responsável pela selecção e execução das operações com o mercado e pela gestão diária da liquidez tendo em conta os limites definidos no perfil de risco do Banco. É responsabilidade do Risk Office a identificação, medição e monitorização do risco, garantindo que os limites definidos são cumpridos.

O Comité de Gestão de Riscos e o Comité ALCO são os órgãos responsáveis pela supervisão destes riscos e têm a responsabilidade de acompanhar, avaliar e propor



medidas que permitam corrigir desvios às políticas de gestão e aos limites estabelecidos para os riscos de liquidez e de mercado (cambial e de taxa de juro).

Risco de Liquidez - a avaliação do risco de liquidez baseia-se no cálculo e na análise de indicadores que permitem identificar a evolução da situação de liquidez do Banco para horizontes temporais de curto prazo. A monitorização dos níveis de liquidez correntes e estruturais necessários, em função dos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos em carteira, é efectuada através da identificação de *gaps* de liquidez, para os quais estão definidos limites de exposição. Estes indicadores têm como base a distribuição por intervalos temporais de fluxos passivos e activos existentes na data da análise, de acordo com pressupostos pré-estabelecidos.

ILAAP (Processo de Avaliação Interna de Adequação de Liquidez)

Em conformidade com o Instrutivo n.º 11/2021, publicado pelo BNA em 21 de Junho de 2021, as instituições financeiras bancárias que desenvolvem actividades de crédito devem assegurar e ser capazes de demonstrar que têm um processo interno

que permite identificar, mensurar, gerir e monitorar o seu risco de liquidez.

O objectivo do processo interno de avaliação da adequação de liquidez (ILAAP) é providenciar um instrumento de gestão de risco para o Banco, de forma a assegurar que os limites definidos internamente relativos ao risco de liquidez são cumpridos e que os processos operacionais e de governo de gestão e controlo destes limites são adequados.

O reporte de ILAAP realizado em 30 de Abril de 2022, com referência a 31 de Dezembro de 2021, demonstra o cumprimento dos limites referidos e resume as principais conclusões do exercício de auto-avaliação realizado, incluindo a opinião do Banco sobre as suas posições actuais de liquidez ao nível individual e a sua capacidade de cobrir aquilo a que está ou poderá estar exposto, assim como as medidas a serem utilizadas para assegurar a manutenção ou reposição dos níveis de liquidez adequados.

Risco de Taxa de Juro - a avaliação do risco de taxa de juro é efectuada através de um processo de análise de sensibilidade ao risco, realizado para o universo de operações que integram o balanço do Banco. O risco de taxa de juro é calculado mediante a

classificação de todas as rubricas do activo, do passivo e extrapatrimoniais, que pertençam à carteira bancária e que sejam sensíveis a oscilações das taxas de juro, por escalões de prazos marginais de refixação da taxa de juro. O Banco analisa diariamente as principais taxas de referência dos mercados nacional e internacional, nomeadamente a LUIBOR, a EURIBOR e a LIBOR, de forma a aferir o risco inerente a activos e passivos sensíveis às variações de taxas de juro.

Risco de Taxa de Câmbio - o Banco monitoriza a sua exposição ao risco cambial pelo controlo e reavaliação diária da exposição das posições globais abertas assumidas nas várias moedas e adopta estratégias globais de cobertura para assegurar que essas posições se mantêm dentro dos limites aprovados pela gestão. A avaliação do risco de taxa de câmbio do Banco baseia-se na definição e controlo de limites estabelecidos para a exposição cambial curta e longa e na sua relação com os Fundos Próprios. Além do acompanhamento da posição e exposição cambial e da sua comparação com os limites estabelecidos pelo Banco, o Risk Office tem a responsabilidade de elaborar os testes de esforço onde avalia o impacto de uma eventual valorização ou desvalorização cambial na estrutura de activos, nos resultados e no rácio de solvabilidade do Banco.

3.7.4. Risco de solvabilidade

O apuramento dos fundos próprios regulamentares e do rácio de solvabilidade é realizado e reportado pelo ATLANTICO, desde Janeiro de 2018, com base no pacote regulamentar publicado pelo BNA em Abril de 2016. Em linha com o novo pacote regulamentar, com realce para o Aviso n.º 08/2021, procede com a revisão dos Requisitos do Pilar 1, Requisitos do Pilar 2 e do Requisito Combinado de Reservas. Assim, passam a ser adoptadas novas metodologias para a determinação dos fundos próprios regulamentares e do rácio global de fundos próprios.

O Banco tem uma abordagem preventiva na gestão do risco de solvabilidade:

- Estão definidos em Perfil de Risco limites mínimos para o rácio de solvabilidade a partir dos quais o Risk Office realiza cálculos intercalares para mensurar o reflexo da evolução durante o mês das principais rubricas do balanço no valor do rácio, reconciliando com eventos detectados no âmbito da gestão de outros riscos, nomeadamente crédito, cambial, liquidez e operacional.

- As operações de investimento ou desinvestimento, bem com as operações de concessão ou liquidação de crédito que tenham volumes significativos, são previamente avaliadas pelo Risk Office quanto ao seu impacto na solvabilidade do Banco – via resultados e consumo de capital.

O valor final e o detalhe do cálculo dos Fundos Próprios Regulamentares e do Rácio de Solvabilidade Regulamentar realizado pelo Risk Office são incluídos na apresentação mensal de resultados à Comissão Executiva e ao Conselho de Administração. São apresentadas regularmente análises e projecções ao Comité de Gestão de Riscos.

Os impactos em Rácio de Solvabilidade resultantes de testes de esforço, bem como outros rácios que relacionem a exposição a um determinado risco com o nível de Fundos Próprios do Banco, são reportados à Administração regularmente.

ICAAP (Processo de Avaliação Interna de Adequação de Capital)

Conforme definido pelo BNA no Instrutivo n.º 12/2021, de 21 de Junho de 2021, as instituições financeiras bancárias devem dispor

de estratégias e processos sólidos, eficazes e completos para avaliar e manter, numa base permanente, o montante, tipo e distribuição de capital interno que consideram adequados para cobrir os níveis dos riscos, em função da natureza, a que estejam ou possam vir a estar expostas, por forma a garantir a viabilidade do negócio, mantendo níveis de capitalização adequados e a realização de uma gestão de riscos são prudente. O processo deverá assumir um cariz prospectivo (*forward looking*) e atender à estratégia da instituição, ao apetite ao risco e à influência de factores macroeconómicos. Desta forma, as instituições devem ter a capacidade de demonstrar ao supervisor que o seu ICAAP é sólido, eficaz e abrangente.

O exercício de ICAAP com referência a 31 de Dezembro de 2021 foi realizado pelo Banco a 30 de Abril de 2022, a nível consolidado (Banco e Fundos de Investimento em que é o participante maioritário), e tem como principais objectivos:

- Promover o ICAAP como ferramenta de suporte à tomada de decisões estratégicas;
- Dinamizar uma cultura de risco que fomente a participação de toda a Organização na gestão do capital interno (Conselho de Administração, Comissão Executiva, Áreas de Negócio e funções de Controlo Interno);

- Garantir a adequação do capital interno face ao perfil de risco e estratégias de risco e negócio;
- Garantir uma adequada identificação, quantificação, controlo e mitigação dos riscos materiais a que o ATLANTICO se encontra exposto;
- Garantir uma adequada documentação dos resultados demonstrados, através do reforço da integração dos processos de gestão de risco na cultura de risco do ATLANTICO e nos processos de tomada de decisão; e
- Prever um plano de contingência para assegurar a gestão da actividade e a adequação do capital interno perante uma recessão ou uma crise.

Risco de Estratégia e ESG – mede a probabilidade de ocorrência de impactos negativos no resultado ou no capital, decorrentes da incapacidade de executar a estratégia completa de negócio, bem como de dinamizar e adaptar-se às mudanças do mercado. O risco de estratégia inclui o sub-risco ambiental, social e de governo (Risco ESG – *Environmental Social and Governance*), o qual decorre de mudanças climáticas e dos seus impactos na sociedade, governo, regiões do planeta e ecossistemas.

3.7.5. Risco operacional

O modelo de gestão de risco operacional baseia-se numa actuação por processos, com uma perspectiva *end-to-end* da cadeia de valor de produtos e serviços na gestão do risco operacional, permite identificar riscos potenciais e avaliar o impacto de melhorias.

Consciente da importância de uma monitorização e controlo eficaz do risco operacional, e de modo a alcançar os objectivos propostos, o ATLANTICO designou responsáveis pela gestão de risco operacional de cada processo – os *process owners*. O perfil destes responsáveis contempla um forte domínio dos temas da sua área de intervenção, designadamente ao nível do conhecimento dos processos de negócio e capacidade de sugestão de medidas de mitigação de risco e aumento de eficiência, assegurando o registo e acompanhamento de todos os eventos que possam originar perdas financeiras.

A responsabilização das Unidades Orgânicas e dos *process owners* na identificação e gestão activa do risco operacional é central na metodologia.

O modelo de gestão de risco operacional do ATLANTICO assenta em três instrumentos principais:

- Recolha de informação relativa a perdas resultantes de eventos de risco operacional;
- Reuniões de auto-avaliação de risco que permitem ao Banco ter uma abordagem qualitativa para a identificação de riscos potenciais através de uma análise da materialização de perdas no processo, considerando os piores cenários em cada categoria de risco, e na definição da estratégia e planos de acção para a redução do risco inerente a cada processo para o nível máximo de risco aceitável;
- Identificação e quantificação de *Key Risk Indicators* (KRI), métricas que alertam para alterações do perfil de risco ou da eficácia dos controlos dos processos, permitindo o lançamento preventivo de acções correctivas.

Os três instrumentos de gestão do risco operacional são desenvolvidos com base em vinte categorias de risco, definidas pelo Banco de acordo com as recomendações do BNA no Instrutivo n.º 28/2016 e com as orientações do Comité de Basileia, agrupando-se nas seguintes categorias:

- Riscos de pessoas;
- Riscos de sistemas de informação;
- Riscos processuais;
- Riscos externos;
- Riscos organizacionais.

É visível, nas categorias apresentadas, que a gestão de risco operacional do ATLANTICO cobre também os riscos de *compliance* e de sistemas de informação, incluindo as ameaças cibernéticas. O risco reputacional é avaliado nos exercícios de auto-avaliação anuais estando também contemplado no modelo de gestão.

A gestão de risco operacional do ATLANTICO cobre também os riscos de *compliance* e de sistemas de informação, incluindo as ameaças cibernéticas. O risco reputacional é avaliado nos exercícios de auto-avaliação anuais

3.7.6. Risco cibernético

A acelerada transformação do ambiente global com a tendência crescente de adopção dos serviços disponibilizados através da Internet, por conta da pandemia da Covid-19, registou uma evolução com impacto muito significativo nas operações cibernéticas, em função das alterações observadas a partir de questões geopolíticas. O conflito Rússia-Ucrânia reformulou o cenário de ameaças, com mudanças interessantes como: aumentos significativos na actividade “hacktivista”, actores cibernéticos em operações conjuntas com acção militar, crimes cibernéticos e intervenção de actores de grupos Estado-Nação durante o referido conflito.

No mundo, a cada 17 segundos há um alerta de cibercrime. No entanto, as empresas levam aproximadamente 200 dias para detectar que foram atacadas. O ano de 2022 foi de grandes desafios para a segurança cibernética, pois os cibercriminosos mostraram que são um desafio para governos, utilizadores e uma ameaça para todos os sectores em geral, tendo como motivações primárias a maximização dos ganhos financeiros, espionagem, disrupção e questões ideológicas. Uma fotografia que ilustra bem o cenário dos riscos cibernéticos é o aumento do custo médio global de violações de dados que atingiu o máximo histórico de 4,35 milhões de dólares entre as Organizações.

Digitalmente, estamos sobrecarregados, tanto ao nível de utilizadores como de organizações públicas e privadas, independentemente da sua dimensão, que migram as suas actividades para o digital, o que se traduz num aumento significativo de ataques cibernéticos cada vez mais sofisticados.

O ATLANTICO, tendo uma visão clara desta realidade e deste contexto, tem vindo a centrar a sua actividade em linha com as iniciativas definidas na estratégia de gestão do ciber-risco e em criar competências que permitem ao Banco ter uma gestão desta disciplina alinhada com as boas-práticas da indústria.

O posicionamento regulatório vem-se alterando em matéria de cibersegurança, tendo sido observada uma interação mais incisiva em torno de normas como o Aviso n.º 8/2020 e a Directiva n.º 05/DBS/DRO/2022. Esse posicionamento obriga as instituições bancárias a uma maior sistematização do ciber-risco. O ATLANTICO antecipou-se nesta necessidade de sistematização tendo definido, em 2021, uma *framework* de gestão do ciber-risco, permitindo o conhecimento tempestivo das principais ameaças, o que resultou em cerca de 188 actividades de controlo sistematizadas até ao ano passado.

O Banco adopta um modelo de defesa de três camadas, composto pela Primeira, Segunda e Terceira Linhas. Dentre todos os elementos da Primeira Linha, encontram-se as pessoas que são parte de um programa de formação e conscientização contínua e, neste contexto, foram partilhadas cerca de 21 000 simulações e 34 conteúdos de formação, resultando num nível de engajamento de cerca de 85,4%.

Modelo de governo de gestão de risco de cibersegurança

Um ataque cibernético pode afectar a capacidade de operar e trazer custos financeiros elevados e consequências a curto e longo prazo, afectando a reputação das marcas por muito tempo, mesmo após a violação ter sido solucionada.

Em resposta à contínua evolução dos desafios e ameaças cibernéticas e ao crescente desafio na sua gestão e mitigação, foi executado o primeiro exercício de avaliação de riscos de cibersegurança seguindo a *framework* implementada. As principais etapas do projecto foram as seguintes:

1. Definição e formalização da *framework*;
2. Análise de risco de cibersegurança;
3. Monitorização contínua de risco de cibersegurança.

Tendo em consideração a especificidade técnica dos riscos de cibersegurança e dos mecanismos de controlo avaliados, o Risk Office trabalha em colaboração com a Direcção de Cyber Security (DCS), *subject-matter expert*, na avaliação e monitorização dos riscos de cibersegurança e na definição de um modelo de governo da *framework* de gestão de risco de cibersegurança que inclui:

1. Organização, funções e responsabilidades sobre a *framework*, considerando, nomeadamente, o envolvimento do Risk Office, como *owner* do sistema de gestão de riscos operacionais, e da DCS, como *subject-matter expert*;
2. Comunicação de uma cultura de risco de cibersegurança;
3. Procedimentos e mecanismos de controlo *risk-based* para revisão periódica da *framework* e/ou da avaliação de risco da Organização.





3.7.7. Compliance

As actividades de *compliance* incidem sobre a promoção, definição, aprovação e implementação de políticas e processos que visam assegurar que os órgãos de gestão, as estruturas funcionais e todos os Colaboradores cumprem com a legislação, regras e normativos (internos e externos) que pautam a actividade do Banco.

Estas normas permitem efectuar uma gestão adequada do risco de *compliance*, ao nível estratégico e operacional, bem como evitar o risco de a Instituição incorrer em sanções de carácter legal ou regulamentar e em prejuízos de ordem financeira ou reputacional, decorrentes do incumprimento de leis, códigos de conduta e regras de boas práticas negociais e deveres a que se encontra sujeita.

O Compliance exerce as suas funções de forma autónoma, independente e permanente, com total e livre acesso à informação interna do Banco.

O modelo de gestão do ATLANTICO assenta na Política sobre Prevenção e Detecção de Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destrução em Massa, na Política de Identificação e Aceitação de Clientes

e na Política de Sanções, que definem as actividades destinadas à execução de operações e à identificação e aceitação dos seus intervenientes, bem como as actividades de controlo realizadas pelas áreas de execução, pelo Compliance e pela Auditoria Interna.

A função do Compliance assenta em duas grandes Unidades que se complementam: o AML e a Conformidade.

AML (Anti Money Laundering): responsável pela monitorização de toda a actividade de prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo numa lógica nacional e internacional junto dos Bancos Correspondentes.

As funções cruciais no desempenho desta actividade são:

- Definir procedimentos e critérios de actualização de acordo com as normas legais associadas aos processos de abertura de contas;
- Robustecer o processo de filtragem de Clientes e operações;
- Garantir um processo de monitorização e aceitação de Clientes assertivo;
- Cumprir com os preceitos legais associados ao encerramento de contas;

- Garantir a implementação de ferramentas capazes de identificar operações suspeitas nos termos da legislação;
- Parametrizar uma matriz de risco de Clientes que garanta a respectiva classificação do grau de risco dos mesmos;
- Cumprir com a obrigação de comunicação às entidades competentes; e
- Garantir a conformidade e a actualização das políticas, processos de KYC – *Know Your Customer*; KYT – *Know Your Transaction*; KYB – *Know Your Business* e KYCC – *Know Your Customer's Customer* no âmbito da relação de banca correspondente.

Neste âmbito, a Unidade de AML diligenciou **1 642 Clientes** de risco alto, não se tendo verificado verdadeiros positivos, ou Clientes que, em função da sua complexidade, possam pôr em causa a reputação do Banco.

Para efeitos de análise, avaliação e classificação do grau de risco de Clientes, o ATLANTICO dispõe de ferramentas robustas e automatizadas que garantem diariamente a classificação do grau de risco, *screening* da sua base de dados de Clientes contra listas de sanções e PEP – *Politically Exposed Person* (Pessoa Politicamente Exposta), nomeadamente: OFAC – Office of Foreign

Assets Control (Agência de Controlo de Ativos Estrangeiros dos EUA), BOE (*Boletín Oficial Del Estado* – Espanha), EU – European Union (União Europeia), PEP, UN – Organização das Nações Unidas, HMT – HM Treasury (Ministério das Finanças e da Economia do Reino Unido). As referidas listas estão incorporadas no Dow Jones Risk & Compliance, Firco Continuity e Trust.

Numa visão 360º sobre o processo de investigação, análise e monitorização de Clientes e operações, o Banco tem implementado as seguintes ferramentas que permitem, de forma prudencial, mitigar o risco de Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destrução em Massa:

- **EAGLE** – ferramenta de AML que dispõe de três módulos, os quais permitem uma visão 360º sobre o perfil do Cliente em termos de KYC, KYT, KYCC e KYB. Os referidos módulos são: matriz de risco, *screening* de Clientes, regras AML para transacções. O EAGLE permite ainda fazer a recolha de toda a documentação que o Banco considere importante para constar do alerta analisado ou do perfil do Cliente.



- **FIRCO TRUST** — ferramenta de *screening* diário da base de dados do Banco para Clientes existentes e pré-existentes, contempla as listas de sanções da ACCUITY, numa base *online*, como: OFAC, PEP, HMT, BOE, UN e EU.
- **FIRCO CONTINUITY** — ferramenta de *screening* de transacções, numa lógica de verificação do ordenante da operação, jurisdição de origem e destino da operação e beneficiário da operação. Contempla as listagens da ACCUITY.

No que se refere à obrigação de colaboração e comunicação, o Banco reportou à Unidade de Informação Financeira durante o ano de 2022:

13 023 Operações associadas a transacções em numerário, troca de moedas diferentes, liquidação de cheques e valores mobiliários

44 Operações suspeitas de crimes subjacentes à práticas de branqueamento de capitais

7 Comunicações espontâneas

1 Entidade sancionada

Conformidade: responsável por garantir a conformidade legal dos processos, procedimentos e políticas do Banco em linha com as normas legais, identificação de factores internos e externos com impacto operacional e reputacional; elaboração do programa de formação de *compliance* e AML.

Em 2022, no âmbito da sua responsabilidade de alinhar os processos e assegurar o cumprimento integral das normas, o Compliance participou na actualização, elaboração e aprovação de:

130 Processos transversais ao Banco

Disseminou e garantiu ainda a implementação de medidas necessárias face à publicação dos normativos dos órgãos reguladores e legislativos.

No âmbito do licenciamento de produtos e serviços bancários de acordo com o estipulado na Carta-Circular n.º 01/DCF/2020, de 23 de Abril, do BNA, combinado com o Aviso n.º 03/2015, o Compliance participou na elaboração e licenciamento de quatro produtos, efectuou o envio de três fichas de subscrições e fichas técnicas informativas de produtos e serviços financeiros e uma publicidade junto do Regulador no período em referência. Monitorizou também o cumprimento dos reportes regulamentares e tomou acções tendentes a mitigar o risco de incumprimento dos prazos regulamentares.

O Compliance exerce as suas funções de forma **autónoma, independente e permanente, com total e livre acesso à informação interna do Banco**



3.7.8. Auditoria interna

A Auditoria Interna manteve o foco contínuo na prestação de um serviço independente e objectivo, destinado a acrescentar valor, melhorar as operações e assessorar o Conselho de Administração do Banco na consecução dos objectivos, conforme determinado pelo Artigo 37.º do Aviso n.º 01/2022, de 28 de Janeiro de 2022, do BNA, e ratificado no seu Regulamento Interno, aprovado pelo Órgão de Administração, que define a sua missão, poderes e responsabilidades.

A definição das linhas de orientação estratégica da função de auditoria interna é da competência do Órgão de Administração com a supervisão e o acompanhamento da Comissão de Auditoria e Controlo Interno.

Considerando as expectativas globais, bem como as incertezas económicas e políticas, os avanços tecnológicos, as rupturas nos modelos de negócio, as ameaças cibernéticas e as contínuas alterações regulatórias, a Direcção de Auditoria (DAU) continua atenta a cada fase do crescimento e desenvolvimento do Banco e do mercado. Apesar dos desafios serem cada vez maiores, o

modelo de actuação da DAU proporciona um alcance positivo em acções de previsão e diagnóstico, para as quais contribui significativamente o aprendizado acelerado que se estabeleceu na compreensão dos riscos actuais e emergentes, impulsionado pelas oportunidades de melhoria na metodologia de trabalho, no uso de sistemas e na realização de actividades cada vez mais à distância, suportada por análises da informação, completas e de modelos. O trabalho desenvolvido tem permitido evidenciar a função e a participação da DAU como terceira linha de defesa do ATLANTICO e parceira permanente no acompanhamento e reforço do Sistema de Controlo Interno.

Com base no plano aprovado para 2022, as auditorias realizadas no âmbito da actuação da DAU ao longo do exercício em questão alcançaram quantitativamente um grau de execução de 95% (206). A DAU realizou ainda um conjunto de actividades ao nível de monitorizações contínuas (962), na criação de novos alertas (18) e projectos (5). Para a execução do plano, a DAU manteve presente a perspectiva de

promover o desenvolvimento de trabalhos suportados em maiores competências tecnológicas, análise da informação, riscos, *compliance*, contabilísticas/financeiras e obrigações regulamentares, com vista ao reforço da visão de uma Direcção de Auditoria mais focada na mitigação das várias tipologias de riscos e de controlo.

Tendo por base esta dinâmica de actuação, a DAU pretende maximizar o valor que proporciona ao Banco, mantendo o foco nas principais áreas de risco e uma intervenção alinhada com o Plano Estratégico para o ciclo 2021-2024, denominado **“PHIT 2.4”**, em linha com a ambição do Banco, de definir uma visão mais **“Phited”** ao actual contexto e alinhada com a capacidade de se transformar, mantendo-se fiel ao seu ADN e antecipando o futuro.

A nova regulamentação em vigor, que deriva do Aviso n.º 01/2022 de 28 de Janeiro de 2022, do BNA, continua a orientar a Direcção de Auditoria a assegurar a implementação de um sistema de controlo interno adequado à natureza, dimensão e complexidade da sua actividade, tendo por objectivos a eficiência na execução

O trabalho desenvolvido tem permitido evidenciar a função e a participação da DAU como terceira linha de defesa do ATLANTICO e parceira permanente no acompanhamento e reforço do Sistema de Controlo Interno

das operações, o controlo dos riscos, a fiabilidade da informação e o cumprimento dos normativos legais e das directrizes internas aplicáveis. Compreendendo esta importância, o Banco não se limitou a ver a função de Auditoria como uma obrigação legal, mas como um aliado à gestão e um garante dos seus pilares fundamentais, pelo que, dentre outros aspectos, foi definido o Regulamento da Função de Auditoria Interna bem como reforçado o seu Plano de Formação Anual com acções específicas, com vista a criar maiores competências e garantir uma maior consistência na revisão das acções de Auditoria Interna.

TIPOLOGIA DE ACÇÕES/AUDITORIAS REALIZADAS

Distribuição do peso das auditorias realizadas por segmentação

77%

Negócio

23%

 Processos/
serviços


Distribuição do peso de outras actividades

97,7%

Monitorizações

1,8%

 Controlos/
alertas

0,5%

Projectos



DESCRIÇÃO DAS ACÇÕES REALIZADAS

Descrição dos entregáveis

#

1. TRANSVERSAIS

Projectos implementados	5
Novos controlos/alertas preventivos/detectivos implementados/criados	18
Formações ministradas	19
Pareceres emitidos (produtos, processos e projectos)	109
Participação no processo de auto-avaliação de risco operacional	14
Acompanhamento de auditorias e inspecções externas (BNA/Auditor Externo)	14

2. AUDITORIA E MONITORIZAÇÃO CONTÍNUA

Actividades realizadas	206
Pontos de respostas	1 151
Recomendações/oportunidades de melhorias	120
Implementação/correção (média)	73%

Acções de controlo e monitorização contínua

962

Operações analisadas	8 689 (*)
Alertas analisados	962
Situações identificadas/erros ou falhas operacionais	657
Recomendações/oportunidades de melhoria	4
Situações prevenidas	164
Implementação/correção	81%

3. FRAUDES E RECLAMAÇÕES

Processos e/ou reclamações recebidas com indício de fraude	529
Canal de denúncias (com materialidade)	40
Encerramento - processos e/ou reclamações	74%
Encerramento - denúncias (recebidas pelo canal de denúncias)	93% (**)

PARECERES EMITIDOS

119

(*) No segundo semestre de 2022, o processo/controlo associado à referida rubrica foi transferido para a Direcção de Meios de Pagamentos (DMP) (ex-negócio *self-banking*).

(**) 3 (três) denúncias com indícios de fraudes encaminhadas para a Unidade de Fraudes e Reclamações (em curso).



ACTIVIDADES E ACÇÕES DE DESTAQUE REALIZADAS

Desenho, implementação e automação de projectos (5) e novos controlos/alertas (18), com vista a garantir uma maior adequação, revisão e reforço de actuação da função de Auditoria Interna, bem como proporcionar maior eficiência e agilidade nas actividades e tarefas diárias realizadas.

Realização de uma acção de auditoria transversal e completa (serviço USSD - *400#), por uma equipa multidisciplinar envolvendo as várias áreas internas da DAU, de forma a agregar mais valor nas análises e resultados.

Manutenção das rotinas/controlos de âmbito operacional com vista a promover soluções de acompanhamento e prevenção de ocorrências negativas, quer sejam reportadas ou não pelas outras unidades, fundamentalmente a Unidade de Fraudes.

Manutenção da execução de acções de verificação à distância (auditoria por indícios), com carácter sistemático, baseadas em informação seleccionada e tratada, com vista a garantir a adequação do sistema de controlo interno, bem como a mitigação de eventos negativos que ponham em causa a imagem ou a reputação do Banco.

Acompanhamento diferenciado e mais próximo às Agências de risco elevado, bem como a realização de reuniões de *feedback* com os Gerentes e os Subdirectores Regionais.

Enfoque no acompanhamento da implementação de recomendações internas e externas com reforço de actuação da Direcção de Auditoria sobre direcções auditadas.

Dinamização de uma acção pedagógica relacionada com a detecção e comunicação de risco de ocorrências de fraude para todos os Colaboradores do Banco.

Participação nas formações de *first dive* (19), de forma a partilhar a sua missão, âmbito e actuação aos novos Colaboradores do Banco, bem como reforçar a necessidade de salvaguardar o adequado ambiente de controlo.

Capacitação dos Colaboradores em matérias de SI e Análise da Informação, com a dinamização de um projecto formativo voltado à capacitação técnica sobre o “SQL Base de dados e Alertas e Controlos”, com vista a permitir o adequado exercício da função de Auditoria Interna, face aos desafios actuais e aos riscos emergentes.

Identificação de recomendações/oportunidades de melhoria com impactos financeiros, com vista à mitigação de eventos de perdas, de forma a contribuir para a rentabilidade do Banco.

Implementação das acções de alinhamentos decorrentes do programa de *Quality Assurance*, o qual avalia periodicamente as acções realizadas pela DAU para garantia da melhoria contínua e adopção das melhores práticas internacionais de Auditoria Interna.

Monitorização de KPI de Controlo Interno, bem como realização das avaliações devidas para correcção e oportunidade de melhoria com base nos eventos identificados.



3.8. Resiliência financeira

3.8.1. Quadro de indicadores





3.8.2. Síntese do desempenho da actividade

3.8.2.1. Enquadramento

O ano de 2022 ficou marcado pelos sinais positivos de recuperação do contexto macro e das actividades económicas do País. Estes sinais de melhoria e estabilidade são marcados por uma desaceleração dos níveis de inflação, cerca de 13,9% em Dezembro de 2022 que compara com 27% no período homólogo, assim como uma queda das taxas de juros que assinalam a retoma do crescimento económico e, no caso do ATLANTICO, permitem reforçar a confiança nas opções delineadas no Plano Estratégico Phit 2.4.

Neste período da actividade do Banco, o foco centrou-se no reforço da resiliência, designadamente ao nível dos indicadores de solvabilidade e de eficiência. Entretanto, registou-se um crescimento significativo do número de Clientes, em resultado dos investimentos feitos nos canais não presenciais, o que possibilitou o incremento em cerca de 496 mil novos Clientes na carteira do ATLANTICO em finais de 2022.

Paralelamente à base de Clientes, a carteira de depósitos em moeda nacional (MN)

cresceu, em 2022, cerca de 133 709 milhões de kwanzas, enquanto a carteira em moeda estrangeira (ME) registou uma redução de 246 milhões de dólares, representando, no global, um decréscimo.

Em 2022, o produto da actividade bancária apresentou um desempenho favorável de 8% face ao período homólogo, influenciado pelo crescimento da margem financeira em 62%, das comissões e dos resultados cambiais com 25% e 19%, respectivamente.

Ao nível do crédito, o Banco mantém-se como uma das principais instituições de apoio às famílias e às empresas, tendo a carteira em MN crescido cerca de 28 103 milhões de kwanzas até finais de Dezembro de 2022.

Ao longo do ano em análise, observou-se uma tendência de melhoria nos principais indicadores da actividade do Banco comparativamente ao período homólogo. O ATLANTICO continuará a implementar um conjunto de medidas estratégicas, nomeadamente a alteração do seu *mix* de activo, que visa a melhoria estrutural dos indicadores de rentabilidade, eficiência e solvabilidade.

3.8.2.2. Resultado líquido

O resultado líquido do exercício cifrou-se em 3 498 milhões de kwanzas, tendo registado um incremento de 70 milhões de kwanzas, equivalente a 2% face ao período homólogo, decorrente de:

- Crescimento da margem financeira em 12 430 milhões de kwanzas, correspondente a 62%;
- Crescimento do comissionamento líquido na ordem de 25%;
- Crescimento dos resultados cambiais na ordem de 3 598 milhões de kwanzas;
- Não obstante o reforço de imparidades na ordem de 5 732 milhões de kwanzas.

3.8.2.3. Solvabilidade

No final de 2022, o rácio de solvabilidade manteve-se acima do limite regulamentar, tendo-se fixado em 19,1%, representando um ligeiro decréscimo face ao período homólogo na ordem de 1,5 p.p., num contexto de maior exigência de capital no âmbito da implementação do projecto de equivalência de supervisão conduzido pelo Banco Nacional de Angola.

O Banco mantém-se como uma das principais instituições de apoio às famílias e às empresas, tendo a carteira em moeda nacional crescido cerca de 28 103 milhões de kwanzas



3.8.3. Evolução das demonstrações financeiras

3.8.3.1. Evolução do balanço

Em 2022, a evolução global do balanço ficou marcada pela redução dos activos em 8% e dos passivos em 9 %, explicada, essencialmente, do lado do activo, pela apreciação da MN face à ME (Dólar norte-americano) em 9,2% e pelo vencimento de títulos de dívida pública denominada em ME e o reforço da carteira de títulos em MN. Relativamente ao passivo, importa destacar a redução da exposição ao mercado monetário, o aumento dos recursos em MN e a redução dos recursos em ME.

BALANÇO

(Milhões de kwanzas)

	Dez. 22	Dez. 21	Δ	
			ABS	%
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	214 231	344 971	(130 741)	(38)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	46 169	51 143	(4 974)	(10)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	260 386	268 231	(7 845)	3
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	54 236	3 014	51 222	-
Activos financeiros ao custo amortizado				
Títulos de dívida	306 297	369 305	(63 008)	(17)
Crédito a Clientes (líquido)	453 601	440 985	12 616	3
Aplicações em instituições de crédito	30 547	33 815	(3 268)	(10)
Outros activos tangíveis	103 860	87 883	15 977	18
Activos intangíveis	13 022	15 477	(2 455)	(16)
Activos por impostos correntes	2 547	2 462	85	3
Activos por impostos diferidos	3 750	3 417	333	10
Outros activos	95 632	93 314	2 318	2
Total do Activo	1 584 278	1 714 018	(129 740)	(8)
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	7 322	83 715	(76 393)	(91)
Recursos de Clientes e outros empréstimos	1 364 668	1 422 950	(58 282)	(4)
Passivos financeiros ao justo Valor através de resultados	2 030	1	2 029	-
Provisões	2 927	3 561	(634)	(18)
Passivos por impostos diferidos	153	30	123	405
Outros passivos	17 469	17 777	(307)	(2)
Total do Passivo	1 394 569	1 528 034	(133 465)	(9)
Capital social	142 325	142 325	-	0
Prémios de emissão	70 707	70 707	-	0
Acções próprias	(842)	(842)	-	0
Outras reservas e resultados transitados	(26 264)	(29 692)	3 428	(12)
Reservas de reavaliação	284	57	228	402
Resultado líquido do exercício	3 498	3 428	70	2
Total de Capitais Próprios	189 709	185 983	3 726	2
TOTAL DO PASSIVO E DE CAPITAIS PRÓPRIOS	1 584 278	1 714 018	(129 739)	(8)



3.8.3.1.1. Activo

a) Caixa e disponibilidades em bancos centrais

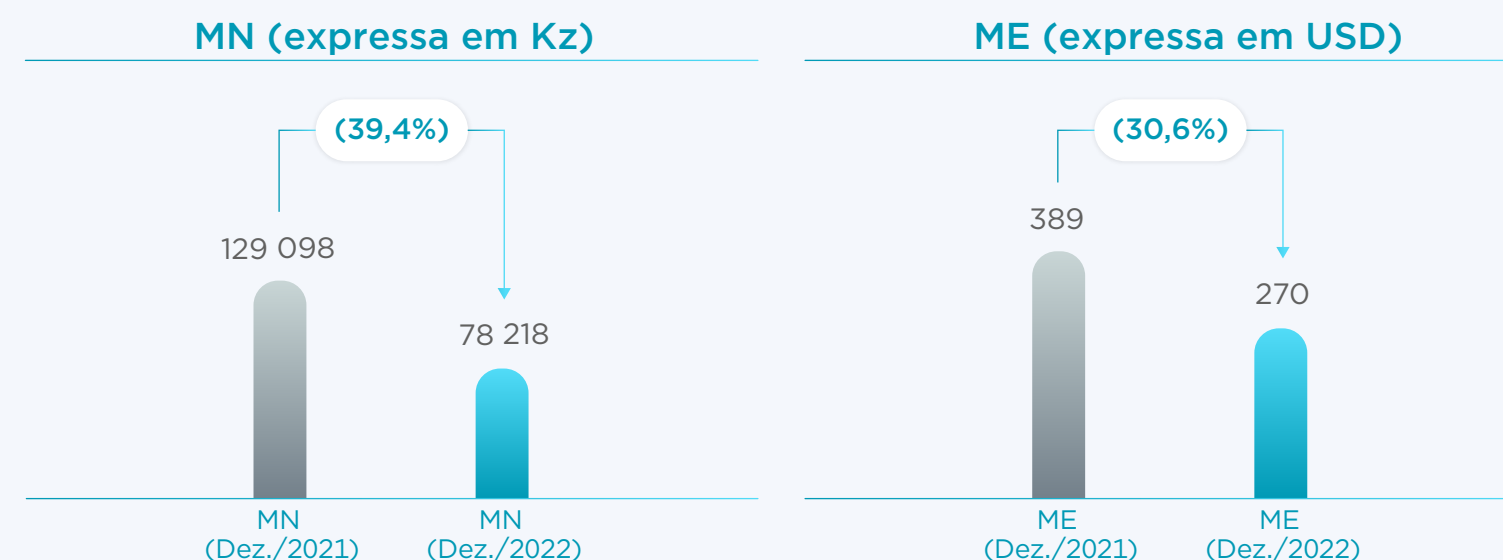
A rubrica Caixa e disponibilidades em bancos centrais cifrou-se em 214 231 milhões de kwanzas. Quando comparado com Dezembro de 2021, verifica-se um decréscimo de 130 741 milhões de kwanzas, tendo maior realce nas disponibilidades no banco central (BNA), que apresentaram uma redução de 136 819 milhões de kwanzas. Em sentido oposto, a rubrica Caixa registou um incremento na ordem de 6 079 milhões de kwanzas.

CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS (Milhões de kwanzas)

	Dez. 22	Dez. 21	Δ ABS
CAIXA			
Em moeda nacional	22 867	16 334	6 533
Em moeda estrangeira	4 314	4 769	(454)
Total de caixa	27 181	21 103	6 079
DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS			
Em moeda nacional	55 351	112 764	(57 413)
Em moeda estrangeira	131 698	211 105	(79 406)
Total de depósitos à ordem no BNA	187 049	323 869	(136 819)
Total de caixa e disponibilidades em bancos centrais	214 231	344 971	(130 741)
Moeda nacional	78 218	129 098	(50 880)
Moeda estrangeira convertida em Kz	136 013	215 874	(79 861)
Moeda estrangeira convertida em USD	270	389	(119)

A rubrica Caixa e disponibilidades em bancos centrais cifrou-se em **214 231 milhões de kwanzas**

CAIXA E DISPONIBILIDADES (Milhões de kwanzas)



Na composição por moedas (rubrica Caixa e disponibilidades), evidencia-se a redução das disponibilidades em ME na ordem dos 79 861 milhões de kwanzas, influenciada, por um lado, pela apreciação do Kwanza face ao Dólar norte-americano que, ao longo do ano, registou uma variação de 9,2%, e, por outro lado, influenciada pela redução na ME em cerca de 30,6%. O mesmo comportamento foi observado pela MN, que decresceu 39,4% face ao final de Dezembro de 2021.

**b) Títulos de dívida**

Em finais de Dezembro de 2022, a carteira de títulos do ATLANTICO era composta maioritariamente por títulos em ME (USD), na ordem dos 66%. Tendo-se fixado em 306 297 milhões de kwanzas, representa um decréscimo de 63 008 milhões de kwanzas, face aos 369 305 milhões de kwanzas apurados em 31 de Dezembro de 2021.

TÍTULOS DE DÍVIDA

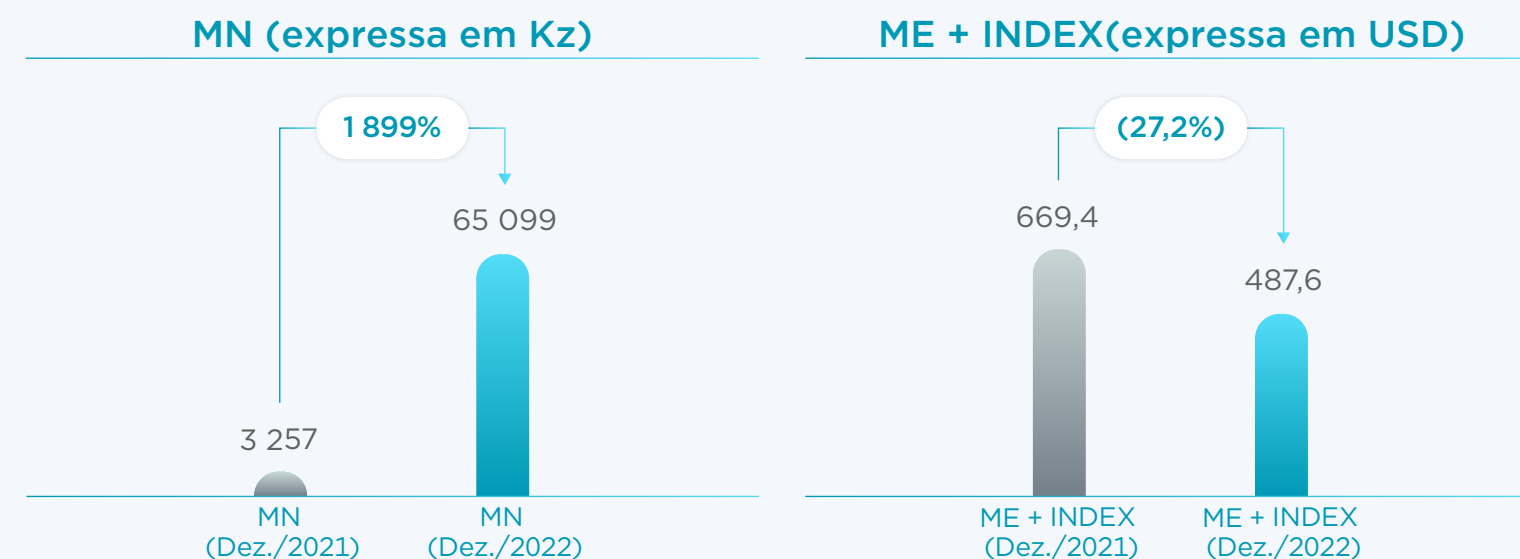
(Milhões de kwanzas)

	Dez. 22	Dez. 21	Δ	
			ABS	%
Em moeda nacional	65 099	3 257	61 842	1 899
Em moeda estrangeira	202 194	322 176	(119 982)	(37)
Indexado	43 409	49 315	(5 906)	(12)
Imparidade	(4 404)	(5 443)	1 039	(19)
	306 297	369 305	(63 008)	(17)

O decréscimo observado na carteira global de títulos expressa em kwanzas, na ordem de 63 008 milhões de kwanzas, resulta da redução da ME em 119 982 milhões de kwanzas, associada ao vencimento de títulos na ordem de 99 209 milhões de kwanzas e à apreciação cambial no segundo semestre de 2022.

TÍTULO DE DÍVIDA

(Milhões de kwanzas)

**c) Crédito a Clientes**

No ano de 2022, a carteira de crédito cifrou-se em 609 847 milhões de kwanzas, representando um incremento de 21 529 milhões de kwanzas, equivalente a 4%, face aos 588 318 milhões de kwanzas realizados em 31 de Dezembro de 2021.

CRÉDITO BRUTO

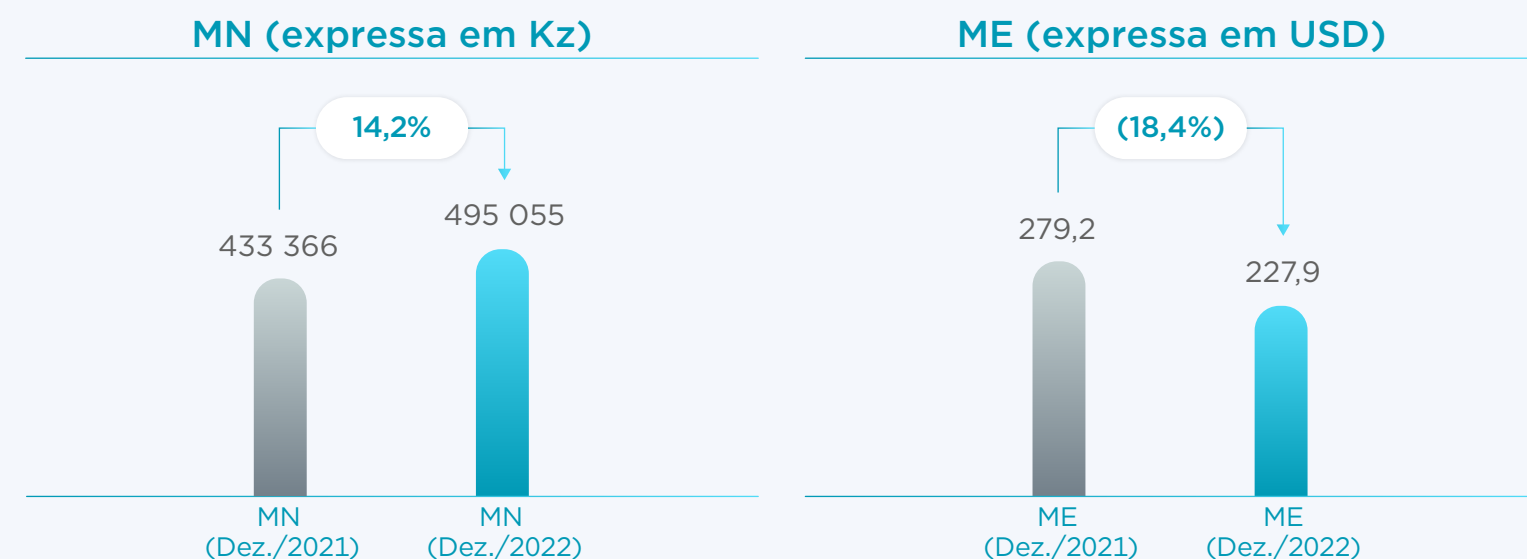
(Milhões de kwanzas)

	Dez. 22	Dez. 21	Δ	
			ABS	%
Em moeda nacional	495 055	433 366	61 689	14
Em moeda estrangeira	103 645	110 219	(6 574)	(6)
Indexado	11 148	44 734	(33 586)	(75)
	609 847	588 319	21 529	4

A tendência verificada na carteira global do crédito é explicada pela influência do câmbio na ME, com um impacto negativo na ordem de 6 574 milhões de kwanzas, equivalente a 6%. Pelo contrário, o crédito em MN registou um aumento de 61 689 milhões de kwanzas, equivalente a 14%, fruto do contínuo apoio do Banco à economia nacional.

CRÉDITO A CLIENTES

(Milhões de kwanzas)





d) Aplicações em instituições de crédito

A carteira de Aplicações em instituições de crédito registou um decréscimo de 3 268 milhões de kwanzas comparativamente a Dezembro de 2021. Este decréscimo, sobretudo nas aplicações em ME, resulta da diminuição de liquidez disponível para investir no mercado monetário interbancário.

APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO (Milhões de kwanzas)

	Dez. 22	Dez. 21	Δ	
			ABS	%
Em moeda nacional	19 087	4 720	14 367	304
Em moeda estrangeira	11 461	29 095	(17 634)	(61)
	30 547	33 815	(3 268)	(10)

e) Outros activos tangíveis

O imobilizado tangível do Banco apresentou uma evolução na ordem dos 15 977 milhões de kwanzas, totalizando 103 860 milhões de kwanzas em Dezembro de 2022. O crescimento verificado está, fundamentalmente, relacionado com a execução de obras de melhoria no parque de imóveis (benfeitorias em imóveis arrendados e obras de adaptação das redes de agências no âmbito do projecto *contact centre*) e investimentos em equipamentos informáticos.

OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS (Milhões de kwanzas)

	Dez. 22	Dez. 21	Δ	
			ABS	%
Imóveis	63 715	45 762	17 953	39
Equipamento	9 313	7 958	1 356	17
Imobilizado em curso	26 197	26 325	(128)	0
Activos sob direito de uso	4 635	7 838	(3 203)	(41)
	103 860	87 883	15 977	18

f) Activos intangíveis

Relativamente aos activos intangíveis, o decréscimo observado face ao final do ano de 2021 está associado ao processo normal das depreciações dos mesmos.

ACTIVOS INTANGÍVEIS (Milhões de kwanzas)

	Dez. 22	Dez. 21	Δ	
			ABS	%
Sistemas de tratamento automático de dados	12 330	14 788	(2 458)	(17)
Outros activos intangíveis	692	688	4	1
	13 022	15 477	(2 455)	(16)

3.8.3.1.2. Passivo

No ano de 2022, o passivo do ATLANTICO totalizou 1 394 569 milhões de kwanzas, representando uma diminuição de 133 465 milhões de kwanzas (9%) face ao ano de 2021. Esta variação negativa está associada aos passivos denominados em ME, com destaque para os depósitos em ME que representam um peso de 40% da carteira total de depósitos. O passivo do ATLANTICO é composto, maioritariamente, por depósitos de Clientes na ordem de 98%.

a) Recursos de Clientes e outros empréstimos

Em 31 de Dezembro de 2022, os recursos totais de Clientes atingiram 1 364 668 milhões de kwanzas face aos 1 422 950 milhões de kwanzas realizados no ano anterior, apresentando um decréscimo na ordem de 4%, equivalente a 58 282 milhões de kwanzas.

**RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS**

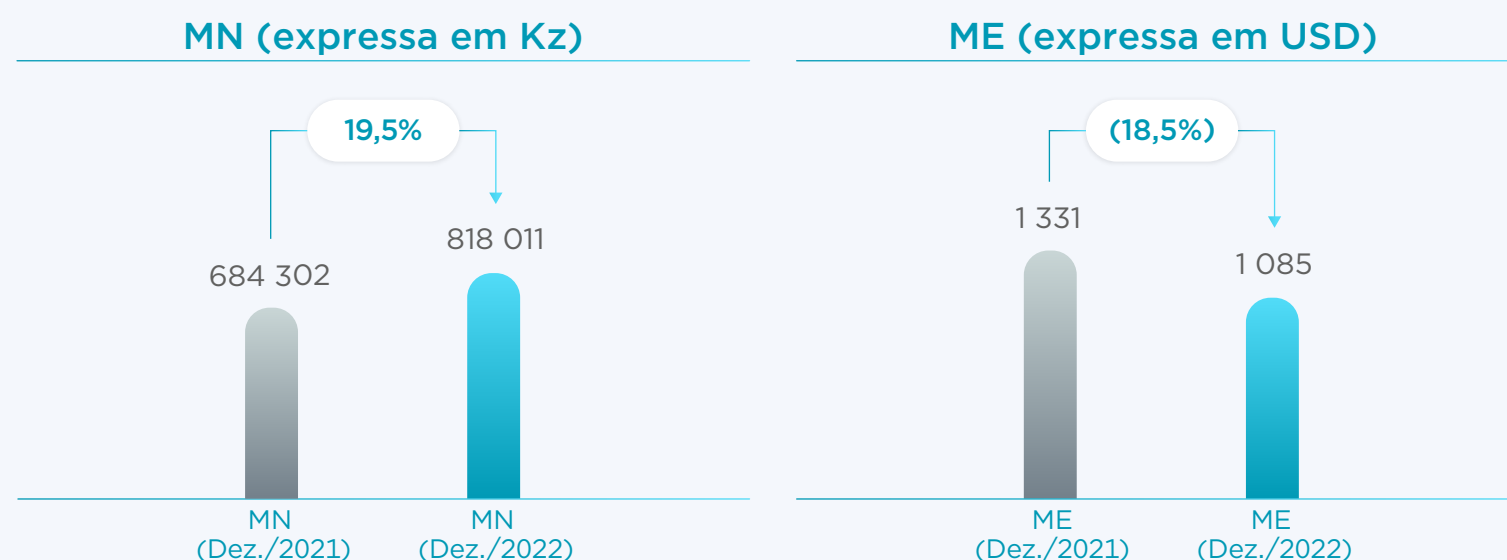
(Milhões de kwanzas)

	Dez. 22	Dez. 21	Δ	
			ABS	%
Em moeda nacional	818 011	684 302	133 709	20
Em moeda estrangeira	546 658	738 649	(191 991)	(26)
	1 364 668	1 422 950	(58 282)	(4)

Relativamente à composição da carteira por moedas, a redução de recursos em ME na ordem de 191 991 milhões de kwanzas, equivalente a 26%, resulta, por um lado, do efeito comercial e, por outro, da apreciação do Kwanza face ao Dólar (-9,2%). Em MN, verifica-se um aumento de 20%, fruto da captação de recursos.

RECURSOS DE CLIENTES

(Milhões de kwanzas)

**b) Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito**

Os Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito registaram um decréscimo de 76 393 milhões de kwanzas face a Dezembro de 2021, tendo-se fixado em 7 322 milhões de kwanzas em 31 de Dezembro de 2022, contra os 83 715 milhões de kwanzas realizados em 31 de Dezembro de 2021.

A queda observada nesta rubrica está alinhada com a estratégia do ATLANTICO de reduzir cada vez mais a necessidade de recorrer às linhas de financiamento via mercado monetário interbancário para suporte às operações, considerando o seu objectivo de melhoria dos níveis de captações comerciais.

RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

(Milhões de kwanzas)

	Dez. 22	Dez. 21	Δ	
			ABS	%
Captações	-	80 585	(80 585)	(100)
Em moeda nacional	-	16 500	(16 500)	(100)
Em moeda estrangeira	-	64 085	(64 085)	(100)
Juros a pagar	-	75	(75)	(100)
Operações similares	7 322	3 054	4 267	140
	7 322	83 715	(76 393)	(91)



3.8.3.2. Evolução da demonstração de resultados

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(Milhões de kwanzas)

	Dez. 22	Dez. 21	Δ	
			ABS	%
Juros e rendimentos similares	95 774	89 219	6 555	7
Juros e encargos similares	(63 319)	(69 195)	5 876	(8)
Margem financeira	32 454	20 024	12 430	62
Rendimentos de serviços e comissões	27 291	21 190	6 101	29
Encargos com serviços e comissões	(6 878)	(4 882)	(1 996)	41
Resultados de serviços e comissões	20 414	16 308	4 105	25
Resultados de outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(3 093)	3 945	(7 039)	(178)
Resultados cambiais	22 451	18 854	3 598	19
Resultados de alienação de outros activos	(884)	4 604	(5 487)	(119)
Resultados de investimentos ao custo amortizado	134	4 254	(4 120)	(97)
Outros resultados de exploração	(7 506)	(8 759)	1 252	(14)
Resultados de operações financeiras	11 102	22 898	(11 796)	(52)
Produto da actividade bancária	63 970	59 231	4 739	8
Custos com pessoal	(26 994)	(26 784)	(211)	1
Fornecimentos e serviços de terceiros	(18 434)	(18 451)	17	(0,09)
Depreciações e amortizações do exercício	(10 139)	(11 039)	900	(8)
Provisões e imparidade para outros activos	6 831	(10 817)	17 648	(163)
Imparidade para activos financeiros ao custo amortizado	(11 341)	11 036	(22 377)	(203)
Provisões e imparidade de outros activos financeiros líquidas de anulações	4	13	(9)	(71)
Imparidade para activos financeiros ao outro rendimento integral	(731)	261	(993)	(380)
Resultados antes de impostos de operações de continuação	3 165	3 451	(286)	(8)
Impostos sobre os resultados	333	(23)	355	(1 564)
Impostos correntes	-	-	-	-
Impostos diferidos	333	(23)	355	(1 564)
RESULTADO LÍQUIDO INDIVIDUAL DO EXERCÍCIO	3 498	3 428	70	2



a) Margem financeira

A margem financeira cifrou-se em 32 454 milhões de kwanzas em 2022, tendo registado um acréscimo de 12 430 milhões de kwanzas face ao período homólogo, equivalente a 62%. Esta evolução favorável deveu-se, essencialmente, à combinação dos seguintes efeitos:

1. Aumento dos juros e rendimentos similares em 6 555 milhões de kwanzas, resultante do crescimento dos juros de crédito em 4 073 milhões de kwanzas, juros de aplicação em instituições de crédito em 2 012 milhões de kwanzas, e uma ligeira melhoria nos juros de títulos na ordem de 2%, não obstante o impacto da apreciação da MN face à estrutura da carteira composta, maioritariamente, por títulos em ME e indexados.
2. Redução dos juros e encargos similares em 5 876 milhões de kwanzas, equivalente a 8%, influenciada principalmente:
 - I. Pelos encargos associados aos depósitos na ordem de 3 868 milhões de kwanzas, fruto do decréscimo do volume de depósitos aplicados em ME e pela redução das taxas médias dos depósitos em MN, e;
 - II. Pela redução observada nos juros de recursos de bancos centrais e em outras instituições de crédito em 2 007 milhões de kwanzas, equivalente a 39%.

MARGEM FINANCEIRA

(Milhões de kwanzas)

	Dez. 22	Dez. 21	Δ	
			ABS	%
Juros e rendimentos similares	95 774	89 219	6 555	7
Juros de crédito a Clientes	69 808	65 735	4 073	6
Juros de títulos de dívida	23 710	23 241	470	2
Juros de aplicações em instituições de crédito	2 255	243	2 012	828
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral				
Juros e encargos similares	63 319	69 195	(5 876)	(8)
Juros de recursos de Clientes	60 147	64 015	(3 868)	(6)
Juros de recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	3 172	5 180	(2 007)	(39)
Juros de locação				
MARGEM FINANCEIRA	32 454	20 024	12 430	62

b) Margem complementar

Os resultados provenientes dos serviços complementares do Banco cifraram-se em 31 516 milhões de kwanzas, tendo reduzido 7 691 milhões de kwanzas quando comparados com o período homólogo. Esta redução teve o contributo dos seguintes eventos:

- Outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados na ordem de 7 039 milhões de kwanzas;
- Resultados de alienação de outros activos em 5 487 milhões de kwanzas;
- Resultados de investimentos ao custo amortizado em 4 120 milhões de kwanzas.



Este cenário foi compensado pelo crescimento favorável de:

- i) Resultados e serviços de comissões na ordem de 4 105 milhões de kwanzas, decorrentes do aumento das comissões de operações electrónicas, comissões de manutenção de conta de depósitos à ordem, comissões de custódia e transacções em mercados, comissões de abertura de linhas de crédito/renovação e manutenção, entre outras com desempenho positivo no final do ano de 2022;
- ii) Resultados cambiais de 3 598 milhões de kwanzas, derivados dos ganhos obtidos nas operações de compra e venda de ME na ordem de 4 533 milhões de kwanzas, apesar da redução dos resultados de reavaliação dos activos e passivos de 935 milhões de kwanzas.

RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

(Milhões de kwanzas)

	Dez. 22	Dez. 21	Δ	
			ABS	%
Rendimento de serviços e comissões	27 291	21 190	6 101	29
Operações electrónicas	10 355	7 236	3 119	43
Comissões VISA	3 155	3 830	(675)	(18)
Transferências emitidas/recebidas	4 356	3 229	1 127	35
Manutenção de conta de Depósitos à Ordem	1 361	1 099	262	24
Prestação de garantias	772	1 055	(283)	(27)
Custódia e transacções em mercado	1 160	923	238	26
Abertura de linhas de crédito/renovações e manutenção	1 277	837	440	53
Abertura de créditos documentários	455	765	(310)	(40)
Estruturação de operações e assessoria financeira	244	135	109	80
Levantamentos	280	127	153	121
Outras comissões	3 876	1 955	1 921	98
Encargos com serviços e comissões	(6 878)	(4 882)	(1 996)	41
RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES	20 414	16 308	8 097	25

O ATLANTICO manteve um foco muito acentuado no controlo estrutural dos gastos no sentido de melhorar a eficiência operacional e financeira

c) Custos operacionais

Em Dezembro de 2022, os custos operacionais totalizaram 55 567 milhões de kwanzas, o que representa uma diminuição moderada de 1%, em comparação com os 56 273 milhões de kwanzas do período homólogo.

Contribuíram para esta redução:

- Os fornecimentos de terceiros com 7 226 milhões de kwanzas, alinhados com o período homólogo em -0,04%;
- Os serviços de terceiros com 11 207 milhões de kwanzas, com uma ligeira variabilidade de -0,1% face ao período homólogo, e;
- As depreciações, que reduziram 8% comparativamente a 2021.

A evolução homóloga dos custos situou-se muito abaixo da inflação registada em finais de Dezembro de 2022, mantendo o ATLANTICO um foco muito acentuado no controlo estrutural dos gastos no sentido de melhorar a eficiência operacional e financeira.

**CUSTOS OPERACIONAIS**

(Milhões de kwanzas)

	Dez. 22	Dez. 21	Δ	
			ABS	%
Remunerações	14 602	14 949	(348)	(2)
Subsídios	4 604	4 144	460	11
Outros encargos	7 788	7 690	99	1
Custos com pessoal	26 994	26 784	211	0,8
Comunicações e expedição	5 540	5 573	(33)	(1)
Água, energia, combustíveis e lubrificantes	225	303	(78)	(26)
Material de consumo corrente	1 461	1 353	108	8
Fornecimentos de terceiros	7 226	7 229	(3)	(0,0)
Consultoria e auditoria	5 938	6 047	(109)	(2)
Segurança e vigilância	1 899	1 596	303	19
Conservação e reparação	1 140	1 555	(415)	(27)
Deslocações e representação	999	1 021	(22)	(2)
Serviços informáticos	462	209	433	208
Publicidade e publicações	303	258	46	18
Rendas e Alugueres	48	78	(30)	(38)
Outros custos	238	458	-	-
Serviços de terceiros	11 207	11 222	(14)	(0,1)
Fornecimentos e serviços de terceiros	18 434	18 451	(17)	(0,1)
Depreciações e amortizações do exercício	10 139	11 039	(900)	(8)
TOTAL CUSTOS OPERACIONAIS	55 567	56 273	(707)	(1,3)

i) Custos com o pessoal

Relativamente aos Custos com o pessoal, verifica-se um crescimento de 1% quando comparados com o período homólogo. Este aumento é decorrente da política de ajustamento remuneratório.

ii) Fornecimentos e serviços de terceiros

Os Fornecimentos e serviços de terceiros fixaram-se em 18 434 milhões de kwanzas, valor que representa uma estrutura de custos análoga ao período homólogo. A similaridade observada é reflexo de uma reestruturação do modelo de gestão das despesas de energia e combustíveis, conservação e reparação e dos seguros.

iii) Depreciações e amortizações do exercício

As amortizações apresentaram uma evolução alinhada com a vida útil média do parque de activos subjacentes, sendo que se verifica um decréscimo de 8% quando comparado com o período homólogo.